

vamos apoiar



e ajudar o país



RELATÓRIO E CONTAS 2010

O Standard Bank, no cumprimento das suas obrigações de divulgação da situação financeira, conforme o Aviso Nº 06/GGBM/99 do Banco de Moçambique, vem, por este meio publicar a informação referente a 31 de Dezembro de 2009. A informação está igualmente em observância com a Circular Nº 15/DSB/2002 no que diz respeito à aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Relatório do Administrador-Delegado para o exercício de 2010

Caros acionistas, clientes, membros do Conselho de Administração, empregados e leitores das nossas Demonstrações Financeiras Anuais de 2010.

O ano em análise, 2010, foi um ano de extrema turbulência, com as economias mundiais a recuperarem lentamente da crise económica. Embora África não tenha sido tão afectada pela crise e continue a manter o seu crescimento económico positivo em termos globais, com alguns países, como Moçambique, a registarem excelentes taxas de crescimento dadas as circunstâncias, embora os preços das mercadorias tenham caído, à imagem do que sucedeu com o investimento directo estrangeiro e as remessas dos emigrantes. De facto, Moçambique aguentou a crise económica global melhor do que os seus pares na região, com um sector bancário em franca expansão, combinado com uma política fiscal expansionista, a darem um impulso decisivo. Vemos esta situação como uma tendência positiva de crescimento futuro no continente e especialmente em Moçambique, com os preços das mercadorias a crescerem lentamente, mas de forma sustentada.

Moçambique tem abundantes recursos naturais, especialmente carvão e gás natural, ambos a despertar cada vez maior atenção em termos de investimentos com origem na África do Sul, China, Brasil, Índia e Austrália, para mencionar só alguns países. Esta situação teve como consequência bolsas de crescimento explosivo em determinadas áreas do país, como a Província de Tete, mas não em termos generalizados. Moçambique possui uma capacidade de produção eléctrica significativa, o que o ajuda a evitar cenários de escassez a nível regional, sendo o comércio internacional dominado por um reduzido número de mega-projectos e recursos naturais. As implicações para a economia no médio e longo prazo são uma melhoria das receitas em divisas, um alargamento da base fiscal, o que ajudará o governo a alcançar um dos seus objectivos estratégicos de melhorar as infra-estruturas, e, acima de tudo, postos de trabalho. Apesar disso, Moçambique continua a ser uma economia pobre, a 12ª mais pobre entre 47 países africanos, com um PIB per capita estimado de USD489, embora tenha duplicado na última década, havendo ainda muito trabalho a ser feito em termos de estratégia governamental para aliviar a pobreza.

As relações com a comunidade de doadores foram agitadas durante o exercício, com o apoio orçamental a ser disponibilizado a conta gotas no primeiro trimestre e voltando aos níveis normais à medida que o ano avançava e as relações se normalizavam. Moçambique continuou a beneficiar dos países doadores mantendo relativamente estáveis os seus compromissos de ajuda, tanto em termos de défice orçamental, como da continuação da ajuda a projectos em áreas-chave, como a saúde e a educação.

O Standard Bank Moçambique teve um bom ano numa economia mundial cheia de incertezas, tendo registado um crescimento excelente da carteira de crédito, claramente superior ao da sector bancário local, mantendo simultaneamente a carteira de crédito malparado no melhor nível do sector. Isto foi conseguido assegurando que os clientes têm condições de suportar o crédito que pedem, pois acreditamos que as instituições financeiras têm responsabilidades para com os seus clientes. Os depósitos de clientes cresceram em linha com as expectativas do mercado. Nós, enquanto administração, estamos muito satisfeitos disto ter podido ser alcançado num mercado muitíssimo competitivo, fortemente influenciado pela escassez de liquidez que afectou o sistema financeiro. Este crescimento reflectiu-se tanto nos proventos de juros como de comissões. Do lado dos custos, fomos afectados desfavoravelmente por uma inflação mais alta e uma moeda em rápida desvalorização durante a maior parte do ano e que só recuperou no último trimestre, bem como pelos custos de pessoal, que reflectem aumentos superiores à inflação em consequência das pressões do mercado em termos de retenção duma força de trabalho qualificada e competente.

A estratégia de longo prazo continua a ser coerente, construir uma actividade sustentável centrada nos clientes. Isto é alcançado por meio de níveis de serviços constantes, seja em termos de simples levantamentos nas caixas automáticas, seja em termos de complexas operações de banca de investimento. Para conseguir níveis de serviço constantes, os pontos cruciais para o Standard Bank Moçambique continuam a ser investir em termos de capacidade para o futuro, seleccionar as pessoas certas para se juntarem ao banco, uma melhoria contínua das competências através de formação e acções definidas, um sistema de valores simples e claros e que se apliquem e sejam respeitados por todos e acima de tudo e uma equipa de administração que compreende que os clientes são a chave do sucesso do banco. Para alcançar este objectivo, avaliamos regularmente com o contributo dos nossos clientes, para garantir que estamos sempre a melhorar. Uma dedicação centrada nos clientes traz necessariamente um crescimento anual sustentado em todas as Unidades de Negócio.

Durante o exercício, como de costume, centrámo-nos na nossa base de clientes através de interações a todos os níveis do negócio, desde o envolvimento do pessoal do back office (as pessoas que fazem o banco funcionar nos bastidores) em programas de visitas a clientes até ao envolvimento da administração de topo em acções com clientes, passando por uma política de porta aberta nos cocktails semanais, visitas às instalações e programas sociais. Também temos o cuidado de garantir que o nível de envolvimento se verifica com o cliente tanto do seu ponto de vista como do nosso. A qualidade dos serviços prestados a clientes é a única vantagem competitiva sustentável no mercado. Por isso, quanto mais próximos conseguirmos estar dos nossos clientes, melhor será a nossa capacidade de prever e responder às suas necessidades.

Para assegurar a sustentabilidade da actividade, é primordial controlar os seus níveis de risco. Continuamos a manter-nos vigilantes em termos de risco, embora não totalmente avessos ao risco, já que faz parte da essência da banca. Para além do Conselho de Administração, o banco também tem uma Comissão de Auditoria do Conselho de Auditoria (comissão esta que também é responsável pelo Risco) e uma Comissão de Crédito do Conselho de Administração, que reúne trimestralmente para analisar e comparar os resultados efectivos face aos objectivos e discutir as estratégias que a administração executiva está a utilizar para mitigar determinados factores de risco, assegurando simultaneamente o crescimento do banco para ir ao encontro das expectativas dos acionistas.

As previsões para 2011 vão no sentido da continuação do crescimento tanto do activo como do passivo, com maior ênfase no activo que no exercício anterior. Com o crescimento económico a subir a nível mundial, embora a um ritmo mais lento que o originalmente esperado, Moçambique deve beneficiar através duma melhoria das receitas em divisas decorrentes da exportação de mercadorias, bem como da venda de energia aos seus vizinhos. A inflação continua a ser uma preocupação, embora as medidas monetárias postas em prática devam aliviar as actuais pressões nos próximos meses. As perturbações políticas no Médio Oriente irão ter um efeito negativo nos preços do petróleo e a forma como o governo moçambicano irá lidar com as consequências irá certamente afectar a situação económica local. Desde que a estabilidade política se mantenha, 2011 deverá ser um bom ano em termos de crescimento.

Análise dos resultados financeiros

Durante o exercício houve sinais contraditórios sobre o estado da economia global. A ameaça duma dupla recessão, especialmente depois da crise do euro, acabou por se desvanecer e as projecções apontam para uma lenta recuperação da economia mundial. Os preços das matérias-primas também aumentaram lentamente e esperamos que continuem a subir em 2011. No entanto, as taxas de juros nos mercados internacionais continuam muito baixas, enquanto os governos tentam estimular o crescimento do crédito.

A capacidade de resistência demonstrada pela economia moçambicana em 2009 persistiu em 2010. A economia ficou sob pressão com origem nalguns factores externos. A combinação de preços do petróleo e das importações de bens alimentares em alta, rendimentos dos mega-projectos mais baixos que no ano anterior e desfalamentos do desembolso dos fundos de apoio ao orçamento por parte da comunidade de doadores levaram a um metical fraco.

Em termos globais, o metical chegou a desvalorizar-se 26,23% face ao dólar norte-americano (USD), com um sério efeito de contágio da inflação, que atingiu o valor mais alto do ano, 17,08%, em Agosto. Como esperado, o Banco de Moçambique interveio com uma política monetária mais restritiva. Em Setembro, a taxa da FPC foi aumentada 100 pontos de base para 15,5%, as reservas de caixa obrigatórias dos bancos comerciais foram ajustadas 25 pontos de base para cima, para um valor de 8,75%. Seguiu-se uma maior intervenção no mercado monetário e no mercado cambial. A inflação abrandou perto do fim do ano para 16,6%, ao passo que o metical também se valorizou face às principais divisas perto do final do exercício. A taxa de câmbio face ao USD e ao ZAR no fecho do ano situou-se nos 32,58 e 4,93 respectivamente.

Em termos gerais, o país continuou a apresentar uma boa performance. Com uma actividade económica de base alargada, principalmente no sector primário e no sector terciário, e o aligeiramento das políticas macroeconómicas em resposta à quebra económica global, as estimativas preliminares apontam para uma taxa de crescimento do PIB de 6%, superior à dos seus pares na região. Olhando para o futuro, as projecções apontam para um crescimento do PIB superior a 7% em 2011, impulsionado pela recuperação dos preços das matérias-primas e da entrada em produção de novos mega-projectos durante o ano.

Apesar de todos os desafios, o banco alcançou um excelente desempenho, com uma rentabilidade dos capitais próprios (return on equity - ROE) de 28%, claramente superior ao custo do capital. O banco fez grandes progressos na rentabilização do seu balanço, com a taxa de transformação a crescer de 32% para 42% a causar um impacto positivo na margem financeira. Não se verificou uma deterioração da qualidade da carteira de crédito. Foram feitos investimentos consistentes na actividade através de novas agências e do recrutamento e melhoria das competências do pessoal a diferentes níveis para preparar o banco para a retoma da economia global. Com um aumento de 16% do número de empregados, o banco conseguiu mesmo assim aumentar os proventos por empregado de MT3.395m para MT3.442m.

Indicadores Financeiros			
	Dez-10	% variação	Dez-09
Resultados por acção (MZN)	23	11%	21
Valor líquido do activo por acção (MZN)	83	38%	60
ROE (%)	28%		34%
Crédito malparado (%)	0,2%		0,8%
Rácio custos/proventos (%)	57%		49%
Margem financeira	5%		5%
Taxa efectiva de tributação	35,5%		39,7%
Proventos por empregado (MZN'000)	3.442	1%	3.395
Taxa de transformação	42%		32%
Número de pontos de representação	36		32
ATMs	45	13%	40
Empregados	836	16%	723

As perspectivas para 2011 continuam a ser positivas. Espera-se que o PIB do país continue positivo e cresça dum valor estimado de 6% em 2010 para 7% em 2011.

Espera-se também que a inflação continue sob controlo, a níveis na casa dos 10% por ano, à medida que os preços do petróleo e dos bens alimentares estabilizarem.

Principais factores que afectam os resultados

Forte crescimento da carteira de crédito

Dentro de parâmetros prudentes de apelação pelo risco, a carteira de crédito do banco cresceu 62%. Este forte crescimento teve origem nos vários produtos oferecidos pelo banco, tanto no mercado de retalho como de empresas, com um crescimento particularmente expressivo no segmento da banca de investimento. Este crescimento protegeu o banco de pressões sobre os outros proventos, na sequência de intervenções significativas das autoridades nos proventos de comissões e no mercado cambial durante o exercício.

Volatilidade e intervenção subsequente no mercado cambial

A economia sofreu duma volatilidade muito significativa no mercado cambial no primeiro trimestre do ano. O banco conseguiu aproveitar a sua liquidez em divisas relativamente forte para fazer crescer os proventos de operações financeiras, que caíram quando o Banco de Moçambique interveio mais para estabilizar o mercado cambial.

Aumento da pegada

O banco continua centrado numa estratégia de expansão do retalho bem arquitectura, criando pontos de representação em locais-chave. Em 2010, foram abertas quatro novas agências, elevando o número total de pontos de representação para trinta e seis.

Liquidez do metical

Durante o ano, o mercado esteve em geral curto em termos de liquidez do metical. Esta situação fez aumentar o preço dos passivos, dado que todos os bancos competam uns com os outros para aceder aos mesmos fundos. O banco foi por vezes obrigado a aumentar a utilização das suas linhas overnight e interbancárias, o que também contribuiu para o estreitamento das margens.

Taxas de juros baixas no mercado internacional

A liquidez em moeda estrangeira que ultrapasse o crédito concedido em moeda estrangeira é investida no estrangeiro junto de bancos de primeira linha. No final do exercício, uma proporção significativa dos activos remunerados do banco estava investida neste tipo de aplicações. Com a LIBOR continuamente baixa, a valores inferiores a 1%, verificou-se uma pressão significativa sobre a margem dos activos denominados em moeda estrangeira.

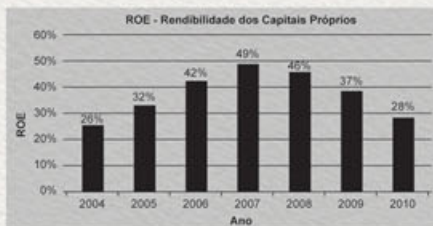
Performance face aos principais objectivos

Resultados por acção (earnings per share - EPS)



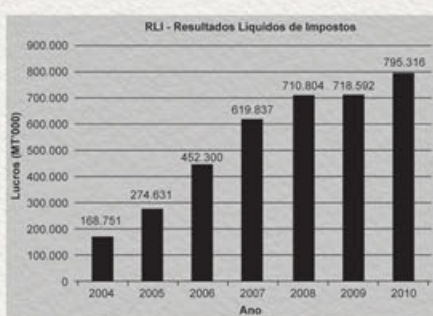
Os resultados por acção (baseados nas acções ordinárias) aumentaram ligeiramente de MT21 no ano anterior para MT23 neste exercício, em linha com o crescimento dos resultados líquidos de 11% face ao ano anterior.

Rendibilidade dos capitais próprios (return on equity - ROE)



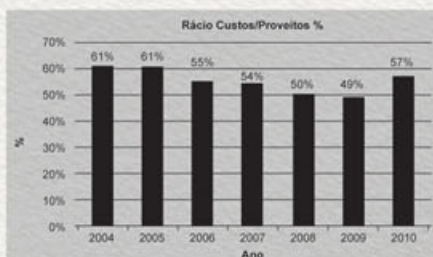
Com um ROE de 28%, o banco continua a gerar uma rentabilidade superior ao custo do capital. A redução do ROE reflecte o impacto de 100% de retenção dos lucros de 2009. Assim, embora o banco tenha conseguido rentabilizar suficientemente o seu balanço em consequência do aumento da taxa de transformação de 32% para 42%, os benefícios plenos deste crescimento não se fizeram sentir no primeiro ano de utilização desse capital, uma vez que o crescimento da carteira de crédito perdeu algum dinamismo durante o exercício.

Resultados líquidos de impostos (RLI)



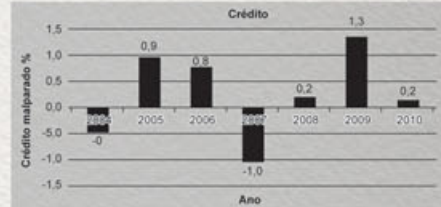
Apesar dos desafios económicos de 2010, o banco continuou a demonstrar uma forte capacidade de resistência e registou um crescimento de 11% dos resultados líquidos de impostos. A taxa efectiva de tributação do banco caiu de 39,7% em 2009 para 35,5% neste exercício, reflectindo o impacto dos benefícios fiscais realizados durante o ano. O banco continua a desenvolver todos os esforços para continuar a ser um modelo no que diz respeito ao cumprimento das obrigações fiscais.

Rácio custos/proventos



Embora o rácio custos/proventos tenha subido para 57%, o banco continua a ser um baixo gerador de custos. O crescimento dos custos operacionais põe em evidência as medidas determinadas por parte do banco de investir na actividade, com vista a posicionar-se de forma a fazer um uso óptimo da retoma económica que começa a desenhar-se. À parte dos quatro pontos de representação abertos durante o ano, o banco aumentou a capacidade do seu pessoal, especialmente nas tecnologias da informação, na área administrativa (back office) e no crédito, para responder ao crescimento que se verificou no banco.

Crédito malparado



O rácio de crédito malparado de 0,2% é significativamente inferior à média do sector, uma vez que o banco continua a fazer crescer a sua carteira de crédito duma forma prudente, em que a qualidade dos activos continua a ser um dos principais factores considerados.

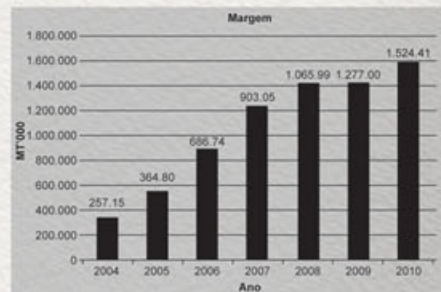
Análise da demonstração de resultados das actividades bancárias

Indicadores da demonstração de resultados

Indicadores da demonstração de resultados			
	Dez-10	% variação	Dez-09
Margem financeira	1.524	19%	1.277
Outros proventos	1.333	15%	1.163
Total de proventos	2.857	17%	2.439
Provisões para imparidade do crédito	18	-67%	53
Custos operacionais	1.688	35%	1.249

Os proventos cresceram 17%, com o crescimento mais expressivo a verificar-se na margem financeira, a reflectir o efeito duma rentabilização mais rápida do balanço. O crescimento da carteira de crédito coloca o banco numa posição privilegiada em termos de garantia de proventos. O crescimento de 15% dos outros proventos foi impulsionado pelo crescimento dos volumes de comissões e proventos de operações financeiras à medida que foram abertos novos pontos de representação durante o ano, num processo de atracção de novos clientes. Os custos operacionais cresceram 35% dado que o banco tomou a decisão consciente de investir na actividade para se preparar para a retoma económica que se começa a sentir. O banco aumentou o pessoal em toda a actividade, com uma ênfase particular nas funções das tecnologias da informação, área administrativa (back office) e crédito, para responder ao crescimento vivido. As provisões para crédito continuam baixas, um reflexo da excelente qualidade da carteira de crédito do banco.

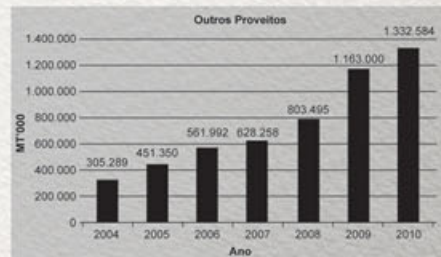
Margem financeira



O crescimento de 19% da margem financeira face ao último exercício foi impulsionado pelo aumento dos activos remunerados (+ 26,5%), em particular do crédito (+ 62%). Este facto foi particularmente benéfico porque o custo dos fundos aumentou durante o exercício, afectando assim negativamente os juros a pagar. Com a fraca liquidez em meticals no mercado, o banco recorreu por vezes às suas linhas de overnight e interbancárias, que são mais caras que o custo de fundos normal do banco.

Outros proventos

Os outros proventos, que compreendem os proventos de operações financeiras e os proventos de comissões, continuam a dar um contributo importante para os proventos do banco. Em 2010, o peso dos outros proventos no total de proventos ascendeu a 47% (2009: 48%). O banco procura continuamente alargar e diversificar as suas fontes de proventos.



Os proventos líquidos de comissões cresceram 35% face ao ano anterior. Registou-se um forte crescimento das comissões de documentação e administração, na sequência dum forte crescimento dos volumes. Depois dum nível relativamente baixo de actividades relacionadas com a banca de empresas em 2009, o mercado recuperou em 2010 e as comissões baseadas em conhecimentos especializado cresceram de forma expressiva. Uma taxa de penetração dos cartões mais elevada também contribuiu para receitas de comissões relacionadas com cartões mais sólidas que no exercício anterior.



vamos apoiar



e ajudar o país



Relatório dos auditores independentes



Aos Accionistas e Conselho de Administração do Standard Bank, SA

Procedemos à auditoria das demonstrações financeiras do Standard Bank, SA, que compreendem a demonstração da posição financeira à data de 31 de Dezembro de 2010, a demonstração de resultados compreensivos, a demonstração de outros resultados compreensivos, o mapa dos fluxos de caixa e a demonstração das alterações nos fundos próprios do ano findo na mesma data, assim como um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, constantes das páginas 3 a 86.

Responsabilidade da Administração em relação às demonstrações financeiras

A Administração do Banco é responsável pela preparação e apresentação adequada destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, assim como pela manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras, que estejam livres de distorções materialmente relevantes, devidas a fraude ou erros.

Responsabilidade dos Auditores

A nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria. Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Tais normas exigem, da nossa parte, o cumprimento de requisitos éticos relevantes, bem como o planeamento e a execução da auditoria de forma a obter uma certeza razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de quaisquer distorções materialmente relevantes.

Uma auditoria inclui a aplicação de procedimentos que nos permitam obter evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do nosso julgamento, incluindo a avaliação dos riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras, quer devidas a fraude ou erro. Ao procedermos à avaliação desses riscos, consideramos os controlos internos relevantes para a preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras pela entidade, de modo a permitir o desenho de procedimentos de auditoria que sejam, nas circunstâncias, apropriados, mas não com a finalidade de expressarmos uma opinião sobre a eficiência dos sistemas de controlo interno da entidade. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação dos princípios contabilísticos adoptados e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração, assim como uma avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fornecer uma base razoável para a emissão do nosso parecer.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada, em todos os aspectos materiais, a situação financeira do Standard Bank, SA, à data de 31 de Dezembro de 2010, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa do ano findo na mesma data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro.

KPMG

KSTTA

Maputo
17 de Março de 2011

Os **provetos de operações financeiras** cresceram 5% comparado com 2009. Depois duma elevada volatilidade no mercado cambial no primeiro trimestre do ano, verificou-se uma forte intervenção das autoridades durante o resto do exercício. Em termos globais, o crescimento modesto de 5% reflecte o aumento dos volumes transaccionados.

Provisões para imparidade do crédito

A carteira de crédito continua a ser de boa qualidade, com uma baixa incidência de crédito malparado. Em consequência, o rácio de crédito malparado do exercício situou-se em 0,2%, um valor substancialmente inferior à média do sector. O banco continua a aplicar políticas de gestão de crédito fortes e rigorosas, com a adopção duma política rigorosa de imparidade para cobrir prejuízos específicos, bem como o crescimento da carteira de crédito.



Custos operacionais e custos com o pessoal

O banco continua a investir significativamente na formação e desenvolvimento do pessoal a todos os níveis, oferecendo uma gama alargada de oportunidades de formação e desenvolvimento da carreira. O banco criou um acervo de talentos, com o devido desenvolvimento do pessoal e planos de sucessão para garantir que possui sempre os talentos necessários para atingir os seus objectivos estratégicos. Por este motivo, os custos com o pessoal continuam a ser um dos principais factores dos custos operacionais. Outros custos operacionais também sofreram alguma pressão em consequência da subida da inflação para níveis superiores aos originalmente previstos e a desvalorização do metical implicou um aumento das despesas denominadas em moeda estrangeira em termos do seu contravalor na moeda local.

Balanço

Activos e passivos bancários		
	Dez-10	Dez-09
Crescimento do total de activos bancários	24,8%	21,0%
Crescimento dos activos remunerados	26,5%	17,0%
Crescimento do crédito concedido	61,8%	33,7%
Crescimento dos depósitos	24,4%	21,0%
Taxa de transformação	42,0%	32,3%
Activos remunerados total do activo	86,3%	82,5%

Um ponto central da estratégia do banco é conseguir um crescimento óptimo do seu balanço para ganhar quota de mercado, continuando a proporcionar rendibilidades sustentáveis aos seus accionistas. Para o conseguir, o banco reteve 100% dos lucros realizados em 2009 para aumentar a sua base de capital e ultrapassar as dificuldades colocadas pelos limites à concentração de crédito. A base de activos do banco cresceu 24,8%, tendo o crédito registado a taxa mais elevada, 61,8%. Este forte crescimento foi alcançado tanto no sector do retalho como no da banca de empresas.

Uma melhor segmentação e uma ênfase direccionada para os clientes, combinadas com a expansão da rede de retalho no país, ajudaram o banco a conseguir um crescimento de 24% dos depósitos de clientes. Embora se tivesse verificado uma concorrência feroz pelos depósitos, o banco manteve-se firme na sua política de atracção de depósito a taxas razoáveis, sustentáveis no longo prazo.

Com o crescimento do crédito a ultrapassar largamente o dos depósitos, a taxa de transformação subiu de 32% em 2009 para 42% no final de 2010. O banco vai continuar centrado num crescimento óptimo desta taxa dentro de parâmetros de risco aceitáveis, protegendo simultaneamente a sua quota de mercado nos depósitos.

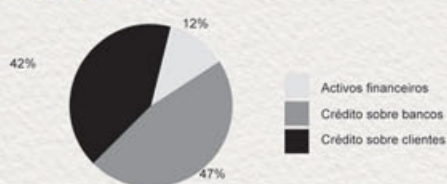
O banco continua a garantir que uma parte significativa dos seus fundos é investida em activos remunerados, tendo o rácio activos remunerados/total do activo melhorado de forma expressiva durante o exercício, de 82,5% em 2009 para 86,3% em 2010.

O perfil dos activos remunerados alterou-se durante o exercício, reflectindo a estratégia do banco de rentabilizar o seu balanço. Em consequência, a carteira de crédito representa agora 42% (2009: 32%) dos activos remunerados. Ao mesmo tempo, a carteira de bilhetes e obrigações do tesouro (investimentos disponíveis para venda) caiu de 25% para 12%, já que a liquidez em metical foi direccionada para o crédito, que gera melhores rendibilidades.

Adequação dos capitais próprios		
	Dez-08	Dez-09
Tier I	9,15%	11,76%
Tier II	1,60%	2,98%
Tier III	0,00%	0,00%
Total	10,75%	14,74%

Capital mínimo exigido pelo Banco de Moçambique: 8%

Gestão do capital



O banco gere a sua base de capital para conseguir um equilíbrio prudente entre a manutenção de rácios de capital para sustentar o crescimento da actividade e a confiança dos depositantes e oferecer rendibilidades competitivas aos seus accionistas. O banco fechou o ano com um rácio de 10,75%, o que lhe dá uma "almofada" de 2,75% face ao capital mínimo regulamentar exigido de 8%.

Declaração de Responsabilidade dos Administradores

Os administradores do Banco são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras anuais do Standard Bank, SA, que compreendem a demonstração da posição financeira, em 31 de Dezembro de 2010, a Demonstração compreensiva de resultados, a Demonstração compreensiva de outros resultados, a Demonstração das alterações nos fundos próprios, o Mapa dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, assim como o relatório do Conselho de Administração, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Esta responsabilidade inclui: a concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro; a selecção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas e o apuramento de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Os administradores são ainda responsáveis pela manutenção de registos contabilísticos adequados e de um sistema de gestão de risco eficiente e eficaz.

Os administradores fizeram uma avaliação para determinar se o Banco tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para duvidar da capacidade do Banco poder continuar a operar segundo esse princípio, no próximo ano.

Aprovação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras anuais do Standard Bank, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 17 de Março de 2011 e vão assinadas em seu nome, por:

António Coutinho
Administrador Delegado

Gomezgani Neba
Administrador Financeiro

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III Balanço - Contas Individuais (Activo)

31 DE DEZEMBRO DE 2010

	Rubricas	Notas	Ano		Ano Anterior
			Valor antes de provisões, imparidade e amortizações	Provisões, imparidade e amortizações	
	Activo				
10 + 3300	Caixa e disponibilidades em bancos centrais		2.860.830		2.860.830
11 + 3301	Disponibilidades em outras instituições de crédito		1.113.617		1.113.617
153 (1) + 158 (1) + 16	Activos financeiros detidos para negociação		569.020		569.020
153 (1) + 158 (1) + 17	Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados		0		0
154 + 158 (1) + 18 + 34888 (1) + 33888 (1)	Activos financeiros disponíveis para venda		3.189.021		3.189.021
13 + 150 + 158 (1) + 169 (1) +	Aplicações em instituições de crédito		11.531.147		11.531.147
					0
14 + 151 + 152 + 158 (1) + 3304 + 3310 (1) + 34000 +	Crédito a Clientes		11.361.873	51.583	11.310.290
					0
156 + 158 (1) + 159 (1) + 22 +	Investimentos detidos até à maturidade				
			0		0
155 + 158 (1) + 159 (1) + 20 +	Activos com acordo de recompra				
					0
21	Derivados de cobertura		0		0
25 - 3580	Activos não correntes detidos para venda		0	0	0
26 - 3581 (1) - 360 (1)	Propriedades de investimento		0	0	0
27 - 3581 (1) - 360 (1)	Outros activos tangíveis		1.156.801	492.389	664.412
29 - 3583 - 361	Activos intangíveis		136.668	111.198	25.470
24 - 357	Investimentos em filias, associadas e empreendimentos conjuntos		0,0		0,0
300	Activos por impostos correntes		0		
301	Activos por impostos diferidos		0,0		
12 + 157 + 158 (1) + 159(1) +	Outros Activos		631.416		631.416
	Total de activos		32.500.193	655.170	31.895.023

- (1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.
(2) A rubrica 50 deverá ser inscrita no activo se tiver saldo devedor e no passivos se tiver saldo credor.
(3) Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no activo e os saldos credores no passivo.

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III (PASSIVO) Balanço - Contas Individuais (Passivo)

31 DE DEZEMBRO DE 2010

	Rubricas	Notas	Ano	
			Ano	Ano Anterior
	Passivo			
38 - 3311 (1) - 3410 + 5200 + 521 1 (1) + 5318 (1)	Recursos de bancos centrais		132.000	470.231
43 (1)	Passivos financeiros detidos para negociação		0	
43 (1)	Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		0	
39 - 3311 (1) - 3411 + 5201 + 5211 (1) + 5318 (1)	Recursos de outras instituições de crédito		301.643	440.861
40 + 41 - 3311 (1) - 3412 - 3413 + 5202 + 5203 + 5211 (1) + 5310 + 5311	Recursos de clientes e outros empréstimos		27.267.241	21.184.783
42 - 3311 (1) - 3414 + 5204 + 521 1 (1) + 5312	Responsabilidades representadas por títulos		0	
44	Derivados de cobertura		0	
45	Passivos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas		0	
47	Provisões		90.051	85.400
490	Passivos por impostos correntes		-5.020	154.268
491	Passivos por impostos diferidos		4.573	8.486
481 +/- 489 (1) - 331 1 (1) - 3416 (1) + 5206 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Instrumentos representativos de capital		0	
480 + 488 +/- 489 (1) - 331 1 (1) - 3416 (1) + 5208 (1) + 5211 (1) + 5314 (1)	Outros passivos subordinados		260.192	260.165
51 - 3311 (1) - 3417 - 3418 + 50 (1) (2) +	Outros passivos		1.123.292	902.687
	Total de Passivo		28.174.141	23.508.881
	Capital			
55	Capital		174.000	174.000
602	Prémios de emissão		0,0	
57	Outros instrumentos de capital		0,0	
- 56	(Ações próprias)		0,0	
58 + 59	Reservas de reavaliação		-2.204	12.328
60 - 602 + 61	Outras reservas e resultados transitados		1.753.767	1.024.706
64	Resultado do exercício		795.316	718.592
- 63	(Dividendos antecipados)			
	Total de Capital		2.720.879	1.929.626
	Total de Passivo + Capital		31.895.020	25.438.487

vamos apoiar



e ajudar o país



Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

31 DE DEZEMBRO DE 2010

MODELO IV Demonstração de Resultados - Contas Individuais

Rubricas	Notas / Quadros anexos	Ano	Ano anterior
79 + 80	Juros e rendimentos similares	2.027.486	1.750.471
86 + 87	Juros e encargos similares	603.075	473.580
	Margem financeira	1.524.411	1.276.891
82	Rendimentos de instrumentos de capital	0	0
81	Rendimentos com serviços e comissões	222.157	189.503
88	Encargos com serviços e comissões	-20.597	15.116,4
- 692 - 693 - 695 (1) - 696 (1) - 698 - 69900 -	Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		
- 694 + 834	Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	0,0	0,0
- 690 + 830	Resultados de reavaliação cambial	819.368	781.997
- 691 - 697 - 699 (1) - 725 (1) - 726 (1) + 831 + 837 + 839 (1) + 843 (1) + 844 (1)	Resultados de alienação de outros activos		
- 695 (1) - 696 (1) - 69901 - 69911 - 75 - 725 -	Outros resultados de exploração	1.14.791	166.658
	Produto bancário	2.660.330	2.382.932
70	Custos com pessoal	786.875	637.864
71	Gastos gerais administrativos	603.651	463.911
77	Amortizações do exercício	91.461	85.418
764 + 765 + 786 + 788 - 884 - 885 - 886 - 888	Provisões líquidas de reposições e anulações	9.112	5.445
760 + 7610 + 7618 + 7620 + 76210 + 76211 +	Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	17.640	53.484
768 + 769 (1) - 877 - 878	Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações		
	Resultados antes de impostos	1.151.792	1.136.809
	impostos		
65	Comissões	352.004	418.217
74 - 86	Diferidos	4.472	
640	Resultados após impostos	795.316	718.582
- 72600 - 7280 + 8480 + 84400	Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas		

(1) Parte aplicável do saldo destas rubricas.

	Capital social	Reserva legal	Reserva de Reavaliação	Regime de participação do Grupo	Reserva p/risco gerais de crédito	Outras reservas	Reserva de justo valor p/AFS	Lucros acumulados	Fundos próprios
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Saldo em 1 de Janeiro 2009	174 000 000	174 000 000	159 404 071	-	97 794 279	-	(3 020 350)	1 098 301 192	1 700 479 192
Lucro líquido de 2009	-	-	-	-	-	-	-	718 592 204	718 592 204
Transferido para reserva p/risco gerais de crédito	-	-	-	-	(19 756 001)	-	-	19 756 001	-
Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	(397 443 508)	(397 443 508)
Imposto diferido	-	-	-	-	46 023 890	-	(5 726 736)	-	40 297 154
Justo valor (activos financeiros disponíveis-para-venda)	-	-	-	-	-	-	21 075 462	-	21 075 462
Reserva p/comparticipação do Grupo	-	-	-	3 087 544	-	-	-	-	3 087 544
Saldo em 31 de Dezembro 2009	174 000 000	174 000 000	159 404 071	3 087 544	124 062 168	-	12 328 376	1 439 205 889	2 086 088 048
Lucro líquido de 2010	-	-	-	-	-	-	-	795 316 049	795 316 049
Transferido para reserva p/risco gerais de crédito	-	-	-	-	190 114 236	-	-	(190 114 236)	-
Dividendo ordinário	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto diferido	-	-	-	-	-	-	2 622 724	-	2 622 725
Justo valor (activos financeiros disponíveis-para-venda)	-	-	-	-	-	-	(20 524 390)	-	(20 524 390)
Diferenças de conversão cambial	-	-	-	-	-	3 369 445	-	-	3 369 444
Regime de participação do grupo	-	-	-	10 468 883	-	-	-	-	10 468 883
Saldo em 31 de Dezembro 2010	174 000 000	174 000 000	159 404 071	13 556 427	314 176 404	3 369 445	(5 573 290)	2 044 407 702	2 877 340 759

	2010 MT	2009 MT
Fluxo de caixa de actividades operacionais		
Caixa gerado de actividades operacionais	1 241 940 530	1 222 340 117
Variações no capital circulante	3 041 751 515	1 290 879 633
Caixa líquido de actividades operacionais	4 283 692 045	2 513 219 750
Imposto pago	(511 326 695)	(341 788 534)
Caixa líquido gerado de actividades operacionais	3 772 365 350	2 171 431 216
Fluxo de caixa de actividades de investimento		
Aquisições de propriedade e equipamento	(281 235 907)	(105 461 330)
Aquisição de activos incorpóreos	(1 507 701)	(16 480 672)
Ganhos na venda de equipamentos	453 901	2 081 368
Caixa líquido utilizado em actividades de investimento	(282 289 707)	(119 860 634)
Fluxo de caixa de actividades de financiamento		
Dividendos pagos	-	(397 443 508)
Fluxos de caixa líquidos de actividades de financiamento	-	(397 443 508)
Total dos fundos gerados	3 490 075 643	1 654 127 074
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano	12 015 668 572	10 361 541 498
Diferença cambial nos saldos de abertura	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do ano	15 505 744 215	12 015 668 572

1. Incorporação e actividades

O Standard Bank, SARL é um Banco privado constituído em 1967, com sede na Praça 25 de Junho Nº 1, Maputo. O Banco tem como empresa-mãe e acionista maioritário o Stanbic Africa Holdings Limited (96,01%), um banco de investimento constituído no Reino Unido. O Stanbic Africa Holdings Limited é uma subsidiária de propriedade do Standard Bank Group, um banco de investimento constituído na África do Sul. Os outros accionistas minoritários detêm os restantes 3,99% do banco. O Banco desenvolve actividades concernentes à banca comercial e à banca de investimentos e presta serviços afins.

2. Base de preparação e síntese das principais políticas contabilísticas

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de cumprimento

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRSs), emitidas pelo Comité Internacional de Normas de Contabilidade.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 17 de Março de 2011.

2.1.2 Base de medição

As demonstrações financeiras são preparadas com base no princípio do custo histórico, com excepção do seguinte:

- Os instrumentos financeiros derivados são medidos pelo seu justo valor;
- A propriedades e os edifícios são medidos pelos valores de reavaliação;
- Os activos financeiros disponíveis-para-venda medidos pelo justo valor através dos fundos próprios;
- A exigibilidade respeitante às obrigações de benefícios definidos é reconhecida pelo valor actual da obrigação de benefícios definidos, menos o total líquido dos activos do plano acrescido dos ganhos.

Normas e interpretações emitidas mas ainda não adoptadas

Uma série de novas normas, alterações e interpretações não efectivas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. Nenhuma das mesmas terá qualquer efeito sobre as demonstrações financeiras, excepto as seguintes:

Normal interpretação	Conteúdo	Aplicável aos anos financeiros com início em/depois
IFRS 1 (emendada)	Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro pela primeira vez	1 Julho 2010
IFRIC 14 (emendada) - IAS 19	O Limite num Activo de Benefício Definido, Requisitos de Financiamento Mínimos e sua Interação	1 Janeiro 2011
IFRIC 19	Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Partes relacionadas	1 Julho 2010
IFRS 9	Instrumentos Financeiros	1 Janeiro 2013
IAS 24 (emendada)	Divulgações de partes relacionadas	1 Janeiro 2011
IAS 32 (emendada)	Classificação das questões de direitos	1 Fevereiro 2010

O Banco agirá de conformidade com as seguintes novas normas e interpretações aplicáveis ao seu negócio a partir da data eficaz indicada.

IFRS 1 (emendada) – Emenda à IFRS 1 Adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro pela primeira vez ("IFRS 1") – períodos anuais com início em/depois de 1 de Julho de 2010

A emenda serve de ajuda aos que adoptam as Normas Internacionais de Relato Financeiro, pela primeira vez, ao fornecer as divulgações adicionais introduzidas em Março de 2009 pela emenda à IFRS 7 - Melhoria das Divulgações sobre os Instrumentos Financeiros. Esta emenda não terá impacto sobre o Banco, pelo facto de o mesmo já ter adoptado as IFRSs.

IFRIC 14 (emendada) - IAS 19 - O Limite num Activo de Benefício Definido, Requisitos Mínimos de Financiamento e sua Interação – Períodos anuais com início em/depois de 1 de Janeiro de 2011

A emenda aplica-se em circunstâncias limitadas, nomeadamente, quando uma entidade estiver sujeita a requisitos mínimos de financiamento e efectuar um pagamento inicial voluntário das contribuições para satisfazer essas exigências. Esta emenda não deverá ter um impacto sobre o Banco.

IFRIC 19 – Extinção dos Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital – Períodos anuais com início em/depois de 1 de Julho de 2010

A interpretação fornece orientações sobre o tratamento contabilístico das operações em que um passivo financeiro é extinto mediante a emissão de instrumentos de capital. Estas operações são frequentemente referidas como títulos de dívida de equity swaps. Esta emenda não deverá afectar significativamente os resultados do Banco.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Períodos anuais com início em/depois de 1 de Janeiro de 2013

A IFRS representa a primeira fase de um projecto de três fases do IASB para substituir a actual IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração. Nesta fase são tratadas a classificação e a mensuração dos activos financeiros. Não se espera que desta norma resultem reclassificações materiais, no entanto, o Banco irá reconsiderar a classificação dos seus activos financeiros em activos financeiros ao custo amortizado ou justo valor.

IAS 24 (emendada) – Divulgações das Associadas – Períodos anuais com início em/depois de 1 de Janeiro de 2011

A emenda suprime alguns dos requisitos de divulgação às entidades governamentais relacionadas e clarifica a definição de associada. Esta emenda trata da divulgação nas demonstrações financeiras anuais e não afectará o reconhecimento nem a Mensuração. O impacto sobre a divulgação revista não deverá ser significativo.

IAS 32 (emendada) – Classificação das questões de direitos – Períodos anuais com início em/depois de 1 de Fevereiro de 2010

A emenda clarifica a contabilização das questões dos direitos que sejam denominadas em moeda diferente da moeda funcional da entidade emite. A emenda exige que as questões de direitos proporcionalmente oferecidas a todos os accionistas de uma entidade sejam classificadas como instrumento de capital ou passivo financeiro. Esta emenda não deverá ter um impacto para o Banco.

Melhorias anuais – Melhorias às IFRS

Como parte dos seus projectos anuais de melhorias, o IASB emitiu as suas apresentações de melhorias anuais. O objectivo destes projectos anuais de melhoria é esclarecer e melhorar as normas de contabilidade. As melhorias incluem as que envolvem a terminologia ou o editorial.

Os projectos anuais de melhorias realizados no ano civil de 2010 - períodos anuais com início em/depois de 1 de Janeiro de 2011, excepto os que visavam melhorar a IFRS 3 e a IAS 27, que são eficazes para os períodos anuais com início em/depois de 1 de Julho de 2010. Não existem alterações significativas ao nível do Projecto de melhorias com impacto nas operações do Banco.

(c) Adopção atempada das normas

O banco não adoptou atempadamente as novas normas alteradas em 2010.

2.1.3 Moeda funcional e de apresentação

(a) Moeda funcional

A moeda funcional do Banco é o Metical, sendo a moeda predominante do ambiente económico em que o Banco opera e a moeda em que os seus registos contabilísticos são mantidos.

(b) Outra moeda de apresentação

Para conveniência dos utilizadores, as demonstrações financeiras também são apresentadas em dólares americanos. A demonstração de resultados e as respectivas notas são convertidas para dólares americanos mediante a utilização da taxa de câmbio média do ano, e as rubricas da Demonstração da posição financeira mediante utilização da taxa de câmbio oficial em vigor no final do exercício. Todas as diferenças cambiais de conversão são reconhecidas directamente em fundos próprios. As componentes de fundos próprios existentes em 31 de Dezembro de 2006 são convertidas para dólares americanos, à taxa de câmbio de fecho em vigor nessa data. As componentes de fundos próprios que tenham surgido após 31 de Dezembro de 2006 são convertidas para dólares americanos à taxa de câmbio em vigor à data do respectivo movimento.

(c) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir das estimativas.

As estimativas e pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões às estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa seja objecto de revisão e em todos os períodos que futuramente venham a ser afectados. Em particular, a informação respeitante às áreas significativas de estimativa incerta e os julgamentos críticos na aplicação de políticas contabilísticas que tenham um efeito mais significativo no valor reconhecido nas demonstrações financeiras são descritos na Nota 4 – Uso de estimativas e julgamentos.

2.2 Síntese das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas abaixo foram aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, excepto onde especificamente declarado em contrário.

(a) Operações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são convertidas mediante a utilização da taxa de câmbio em vigor à data da operação. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data do balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são registadas na demonstração de resultados compreensivos do exercício. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que sejam determinados pelo seu custo histórico, são convertidos à taxa de câmbio em vigor à data da correspondente operação.

(b) Juros

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas na demonstração de resultados compreensivos, mediante a utilização do método da taxa de juro efectiva. O método da taxa de juro efectiva é o método seguido para calcular o custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e alocar as receitas e despesas de juros ao período relevante.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa estimados futuros durante a vida estimada do activo ou passivo financeiro (ou, quando apropriado, um período mais curto) para o valor líquido contabilístico do activo ou passivo financeiro. A taxa de juro efectiva é estabelecida no momento do reconhecimento inicial do activo ou passivo financeiro, não sendo objecto de revisão subsequente.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui todas as taxas pagas ou recebidas, custos de transacção e todos os descontos ou prémios que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos de transacção representam os custos marginais directamente atribuíveis à aquisição, emissão ou venda de um activo ou passivo financeiro.

(c) Receita de taxas e comissões

As receitas e despesas de taxas e comissões que compõem a taxa efectiva de juro num activo ou passivo financeiro, são incluídas na mensuração da taxa de juro efectiva. Todas as outras receitas de taxas e comissões, incluindo os serviços de gestão de caixa, serviços de corretagem, transacções financeiras projectadas e estruturadas, comissão de vendas, taxas de colocação e taxas de sindicância, são, geralmente, reconhecidas de acordo com o princípio de especialização do exercício e à medida que os respectivos serviços forem sendo executados.

As outras despesas de taxas e comissões referem-se, principalmente, às taxas de transacção e serviços, as quais são reconhecidas como despesas, à medida que os serviços forem sendo prestados.

(d) Proveitos líquidos de operações em moeda estrangeira

Os proveitos líquidos de operações em moeda estrangeira incluem os lucros e perdas que resultarem de transacções de moeda estrangeira e da conversão de itens monetários denominados em moeda estrangeira.

(e) Instrumentos financeiros



vamos apoiar



Classificação

Os activos financeiros mantidos ao seu justo valor através de lucros ou perdas são os que o Banco mantém com a finalidade específica de obter lucros a curto prazo e os activos e passivos que a empresa tenha designado após reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados. Nestes estão incluídos os investimentos e passivos resultantes da venda de instrumentos financeiros de curto prazo.

Empréstimos e devedores representam os créditos e devedores criados pelo banco com a finalidade de fornecer dinheiro a um devedor, que não sejam os criados com a intenção de obter lucros de curto-prazo. Os empréstimos e devedores têm pagamentos fixos ou determináveis e não possuem cotação num mercado activo. Os créditos e devedores incluem empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes.

Os activos detidos até-à-maturidade representam os activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e com data de maturidade fixa, que o Banco tem a intenção e a capacidade de manter até à data de vencimento. Alguns instrumentos de dívida incluem-se nestes activos.

Os activos disponíveis-para-venda representam os activos financeiros que se destinam a ser mantidos por tempo indefinido, que podem ser vendidos para atender às necessidades de liquidez ou às alterações nas taxas de juro, taxas de câmbio ou preços das acções. Os activos disponíveis-para-venda incluem determinados investimentos de dívida e capital.

Reconhecimento e não reconhecimento

O Banco reconhece os activos financeiros mantidos-para-comercialização e os activos disponíveis-para-venda na data em que se compromete a adquirir os activos. A partir desta data, todos os ganhos e perdas resultantes das alterações no justo valor dos activos são reconhecidos em lucros e perdas ou em fundos próprios.

Os empréstimos detidos até-à-maturidade e os devedores são reconhecidos inicialmente ao justo valor no dia em que o dinheiro é pago ao cliente.

Os activos financeiros deixam de ser reconhecidos quando cessarem os direitos de receber os fluxos de caixa dos activos financeiros, ou quando o Banco tiver transferido todos os substanciais riscos e prémios de propriedade.

Mensuração e re-mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao custo, incluindo os custos de transacção.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, todos os activos financeiros são mensurados ao justo valor através de lucros e perdas e todos os activos disponíveis-para-venda são mensurados ao justo valor, excepto os instrumentos que não tiverem cotação num mercado activo e cujo justo valor não puder ser adequadamente determinado, são mensurados ao custo, incluindo os custos de transacção, menos os respectivos prejuízos por redução do valor recuperável, com adequada divulgação do facto.

Todos os passivos financeiros não comercializáveis, empréstimos e devedores e activos mantidos até-à-maturidade são mensurados pelo seu custo amortizado, deduzido das perdas resultantes da redução do seu valor recuperável. O custo amortizado é calculado pelo método da taxa de juro efectiva. Os prémios e os descontos, incluindo os custos iniciais de transacção, são incluídos no valor contábilístico do respectivo instrumento e amortizados com base na taxa de juro efectiva do instrumento.

(e) Instrumentos financeiros (continuação)

Princípios de mensurados do justo valor

O justo valor dos instrumentos financeiros é baseado no seu preço de mercado à data do balanço. Caso o preço de mercado não se encontre disponível, o justo valor dos instrumentos é estimado por recurso às técnicas de fluxo de caixa descontado.

Nos casos em que forem utilizadas as técnicas de fluxo de caixa descontado, a estimativa dos fluxos de caixa futuros é baseada nas melhores estimativas da Administração, sendo a taxa de desconto a taxa de mercado de um instrumento com termos e condições semelhantes à data do balanço.

Não são determinados justos valores nos casos em que não seja praticável fazê-lo, e nos casos em que as principais características do instrumento financeiro subjacente, pertinente para o seu valor, sejam divulgadas.

Ganhos e perdas na mensurados subsequente

Os ganhos e perdas resultantes de uma alteração no justo valor dos activos disponíveis-para-venda são reconhecidos directamente nos fundos próprios. Quando os activos financeiros são vendidos, cobrados ou, de qualquer outro modo alienados, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos nos fundos próprios, são transferidos para a demonstração de resultados compreensivos.

Os ganhos e perdas resultantes de uma alteração no justo valor dos instrumentos comercializáveis são reconhecidos na demonstração de resultados compreensivos.

Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados, sendo o valor líquido reportado na Demonstração da Posição financeira quando houver um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos, e não houver intenção de liquidar numa base líquida, ou de realizar o activo e liquidar a dívida, simultaneamente.

(f) Instrumentos específicos

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura de riscos futuros. Entende-se por derivado um instrumento financeiro cujo valor muda em resposta a uma variável subjacente, requer pouco ou nenhum investimento líquido inicial, sendo que a sua liquidação só ocorrerá numa data futura. Os derivados são inicialmente reconhecidos ao justo valor na data em que os derivados são lançados e, posteriormente, mensurados pelo justo valor.

Caixa e depósitos no Banco Central

Os bens de caixa e depósitos no Banco Central compreendem os saldos de caixa e os depósitos mantidos no Banco de Moçambique, principalmente com a finalidade de cumprir a exigência de manutenção da reserva exigida pelo Regulador.

Investimentos

Os investimentos de dívida que o banco tem a intenção positiva e a capacidade de manter até à maturidade, são classificados como investimentos detidos até à maturidade. Os restantes investimentos são classificados como activos disponíveis para venda ou como activos detidos para comercialização.

Empréstimos e adiantamentos a bancos

Os mesmos referem-se a investimentos de elevada liquidez, com maturidades de três meses ou inferiores, à data da sua aquisição. Os saldos de empréstimos e adiantamentos a bancos incluem-se na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa para efeitos da Demonstração dos fluxos de caixa.

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Os empréstimos e adiantamentos originados pelo Banco são classificados na categoria de empréstimos e devedores.

Os empréstimos e devedores são activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, sem cotação num mercado activo, diferentes dos que são classificados pelo banco pelo justo valor através de lucros ou perdas ou disponíveis-para-venda.

Os empréstimos e devedores são mensurados ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva, menos qualquer perda por

imparidade. A maioria dos adiantamentos do banco estão incluídos na categoria de empréstimos e devedores.

Os empréstimos e adiantamentos são reportados líquidos de provisões, por forma a reflectir os valores recuperáveis estimados (ver política contábilística na alínea (g) abaixo).

Outros passivos evidenciados por títulos negociáveis

Outros passivos evidenciados por títulos negociáveis são classificados como passivos não comercializáveis. Os mesmos são reconhecidos ao custo.

(g) Imparidade

Os valores contábilísticos dos activos do banco são revistos em cada data da Demonstração da posição financeira, por forma a que se possa determinar se existe uma evidência objectiva de imparidade. Caso essa indicação exista é estimado o valor recuperável desse activo. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que o valor contábilístico de um activo ou a sua unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados compreensivos.

Cálculo do valor recuperável

Empréstimos e adiantamentos e activos mantidos até-à-maturidade:

O valor recuperável dos empréstimos e adiantamentos e dos activos que sejam classificados como investimentos mantidos até-à-maturidade é determinado com base na estimativa que a Administração faz da probabilidade desses empréstimos virem a ser recuperados pelo Banco, à data da Demonstração da posição financeira.

Os empréstimos e adiantamentos são apresentados líquidos de provisões específicas para a incapacidade de se realizar a sua cobrança. Provisões específicas são criadas contra o valor contábilístico dos empréstimos e adiantamentos que sejam identificados como prováveis de virem a ter o seu valor recuperável reduzido, com base nas revisões periódicas dos saldos em aberto, com vista a reduzir estes empréstimos e adiantamentos aos seus valores recuperáveis. Quando um activo tomado pelo custo amortizado tiver sido identificado como de valor recuperável reduzido, o valor contábilístico do activo é reduzido a um valor igual ao valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa de juro efectiva original do activo.

A imparidade também é reconhecida com base na carteira como um todo, aguardando pela identificação das perdas por redução do valor recuperável de cada um dos activos em carteira. Essa imparidade da carteira leva em conta factores, tais como, características do risco, experiência de perda histórica e períodos de emergência de perdas da respectiva carteira de activos.

Todas as perdas por redução do valor recuperável que forem identificadas são reconhecidas em resultados compreensivos.

Activos financeiros disponíveis-para-venda:

O valor recuperável de um instrumento de capital próprio é representado pelo seu justo valor. O montante recuperável de instrumentos de dívida e empréstimos adquiridos reavaliados para aferição do justo valor é calculado como o valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados, descontados à taxa de juro actual do mercado.

Nos casos em que um activo reavaliado para determinação do justo valor, directamente reconhecido em outros resultados compreensivos, tiver registado imparidade, e uma redução no valor do activo tiver sido previamente reconhecida em outros resultados compreensivos, o valor acumulado reconhecido nos outros resultados compreensivos é transferido para perdas ou ganhos, e reconhecido como parte da perda por imparidade. Nos casos em que um activo mensurado ao justo valor, através de outros resultados compreensivos, tiver registado imparidade e um incremento do justo valor do activo tiver sido previamente reconhecido em outros resultados compreensivos, é revertido na medida da imparidade desse activo. Qualquer prejuízo adicional por redução do valor recuperável é reconhecido em resultados compreensivos.

Estorno da imparidade

Um prejuízo por imparidade num título detido até à maturidade ou devedor é estornado se o aumento subsequente no valor recuperável puder estar objectivamente relacionado a um acontecimento ocorrido após reconhecimento do prejuízo por redução do valor recuperável.

No que diz respeito aos outros activos, um prejuízo por redução do valor recuperável é estornado no caso de se verificar alguma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por imparidade só é estornada na medida em que o valor contábilístico do activo não exceder o valor contábilístico que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, se não tivesse sido reconhecida qualquer perda por imparidade.

(h) Propriedade e equipamento

Activos próprios

Os itens de propriedade são mensurados pelos valores reavaliados, líquidos de amortizações acumuladas. Por sua vez, os itens de equipamento são registados pelo seu custo histórico ou custo considerado, líquido de amortizações acumuladas (ver abaixo) e de prejuízos por redução do seu valor recuperável. O custo dos activos de auto-construção inclui o custo dos materiais, trabalho directo e uma parcela adequada de custos indirectos de produção.

Nos casos em que um item de propriedade e equipamento incluir componentes principais com períodos de vida útil estimada diferentes, os mesmos são contabilizados como itens separados de propriedade e equipamento.

Os edifícios são periodicamente reavaliados nos termos das Normas Internacionais de Relato Financeiro. O valor remanescente da reavaliação é reconhecido como reserva de reavaliação e é registado em outros resultados compreensivos até que seja realizado, altura em que é transferido directamente para lucros não distribuídos.

(i) Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábilístico do activo ou são reconhecidos como um activo separado, conforme apropriado, e apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para o Banco e o custo do item puder ser medido de forma fiável. As restantes despesas com manutenção e reparação são debitadas a outras despesas operacionais durante o período financeiro em que as mesmas incorrerem.

(h) Propriedade e equipamento

Depreciação

A depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, para imputar os seus custos aos seus valores residuais, ao longo do seu período de vida útil estimada. Os períodos de vida útil estimada para os períodos, actual e comparativo, são os seguintes:

	Número de anos
• Edifícios	50
• Equipamento	3 – 10
• Veículos	4
• Outros bens imobilizados	10

Os valores residuais dos activos e a sua vida útil são revistos e ajustados, se necessário, em cada data da Demonstração da posição financeira. Os activos que são sujeitos a amortização são revistos quanto à imparidade, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábilístico pode não ser recuperável. O valor contábilístico de um activo é, imediata e parcialmente, amortizado ao seu valor recuperável, no caso de o valor contábilístico do activo ser superior ao seu valor recuperável estimado. O valor recuperável é o justo valor do activo, deduzido dos custos de venda e do valor de uso, quando superior.

Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contábilístico e são incluídos noutras despesas operacionais na demonstração de resultados compreensivos.

(i) Activos incorpóreos

Os activos incorpóreos adquiridos pelo Banco são registados pelo seu custo histórico deduzido da amortização acumulada (ver abaixo) e das perdas acumuladas por imparidade.

Amortização

A amortização é reconhecida na demonstração de resultados compreensivos, sendo calculada segundo o método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimada dos activos incorpóreos. Os activos incorpóreos são amortizados durante um período máximo de 5 anos.

(j) Outras reservas

Reserva para riscos gerais de crédito

A reserva representa o valor mínimo das provisões necessárias para cobrir riscos adicionais de crédito, que excederem a provisão para imparidade, determinada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, de modo a satisfazer as exigências dos regulamentos estabelecidos para o sector bancário local.

Essa reserva é reconhecida directamente nos fundos próprios como uma apropriação dos lucros não distribuídos.

Reserva do valor justo dos activos financeiros disponíveis-para-venda

Esta reserva foi criada para registar os ganhos e perdas resultantes da reavaliação para aferição do valor justo dos activos financeiros disponíveis para venda.

(k) Investimentos nas associadas

As associadas são as entidades onde o Banco possui influência significativa, mas não o controle, sobre as políticas financeiras e operacionais. As demonstrações financeiras incluem a parte do total dos ganhos e perdas reconhecidos das associadas que compete ao Banco, que é contabilizada numa base equitativa, a partir da data em que a influência significativa começa, até à data em que essa influência significativa termina. Quando o quinhão de prejuízos que compete à empresa exceder o valor contábilístico da associada, o valor contábilístico é reduzido a nulo, cessando a partir daí o reconhecimento de mais prejuízos, excepto na medida em que o Banco tiver incorrido em obrigações a respeito da associada.

Transacções eliminadas na consolidação

Os lucros não realizados que resultem de transacções com as associadas são eliminados na medida dos interesses do Banco nessa entidade. Os lucros não realizados são eliminados por contrapartida dos Investimentos nas associadas. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma mas apenas na medida em que não haja evidência de qualquer redução do respectivo valor recuperável.

(l) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como exigibilidade no período em que são declarados.

(m) Imposto corrente e diferido

O custo com o imposto sobre o lucro do exercício inclui o imposto corrente e o diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido em resultados compreensivos, excepto a parte que diz respeito aos itens directamente reconhecidos em fundos próprios, sendo nesse caso em fundos próprios.

O imposto corrente é o imposto que se espera pagar sobre o rendimento tributável do exercício, com utilização das taxas prescritas por lei, ou que estejam em vigor à data da demonstração da posição financeira e qualquer ajustamento ao imposto a pagar respeitante a anos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido segundo o método do balanço, fornecido para diferenças temporárias entre os valores contábilísticos dos activos e passivos, para efeitos de relato financeiro, e os valores usados para efeitos de tributação. O valor do imposto diferido apurado baseia-se na forma esperada de realização ou de determinação do valor contábilístico dos activos e passivos, com utilização de taxas prescritas por lei ou em vigor à data da demonstração da posição financeira.

Os activos por imposto diferido são reconhecidos quando é provável a existência de um lucro tributável futuro, contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

(n) Benefícios dos empregados – pensão de reforma

De acordo com os contratos de trabalho negociados com os seus trabalhadores, o Banco assumiu a responsabilidade de pagar pensões de reforma, incluindo benefícios às viúvas, orfãos e pessoas singulares, em conformidade com o estabelecido por um acordo colectivo de trabalho.

Plano de benefício definido

No que diz respeito aos benefícios de reforma acima definidos, o Banco criou um fundo interno para cobrir os custos que este fundo de pensões irá futuramente acarretar. Os activos do plano mantidos pelo fundo, são representados por investimentos em contas de depósito de alto rendimento, obrigações emitidas por empresas de qualidade e contas correntes, sendo que as receitas resultantes dos activos do plano servirão para cobrir a obrigação que pode ser determinada por meio de uma avaliação actuarial.

As transferências para o fundo são feitas à taxa de 22.12% (2009: 22.12%) do salário base anual de cada trabalhador. O juro e os retornos gerados pelos activos do plano são capitalizados anualmente.

A avaliação actuarial da obrigação do benefício definido, é efectuada com utilização do método de crédito da unidade projectada a intervalos regulares que a Administração julgar mais convenientes, de modo a assegurar que os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras não se apresentem materialmente diferentes dos valores que fossem determinados à data da demonstração da posição financeira.

A responsabilidade evidenciada na demonstração da posição financeira, respeitante às obrigações definidas para pagamento de pensões é determinada pelo valor actual das obrigações e inclui ajustamentos por ganhos/perdas actuariais não reconhecidos (ver abaixo) e custos de serviços prestados no passado.

Em Abril de 2008 foi alcançado um acordo com a instituição que gere o fundo de pensões em Moçambique, o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS). O acordo resultou no pagamento pelo banco de MT 67 511 070, respeitante à contribuição que o Standard Bank e os seus trabalhadores fizeram para o fundo de pensões desde 1990. O cálculo do montante incluiu todos os trabalhadores recrutados desde 1990. Desde Abril de 2008 tanto os trabalhadores como o Standard Bank contribuem mensalmente para o INSS, com 3% e 4%, respectivamente.

Ganhos e perdas actuariais

Os ganhos e perdas actuariais resultam das alterações nos pressupostos actuariais e dos efeitos das diferenças entre os pressupostos actuariais anteriores e os actuais (ajustamentos experimentais).

O Banco reconhece todos os ganhos e perdas actuariais ao longo do tempo de trabalho remanescente de cada trabalhador que participa no plano, numa base de quotas constantes.

Benefícios de curto-prazo dos empregados

Os benefícios de curto prazo comportam os salários, pagamentos de férias acumuladas, participação nos lucros, gratificações e outros benefícios não monetários, tais como, contribuições para a assistência médica. As obrigações de pagamento dos benefícios, de curto prazo, dos empregados são medidas numa base não descontada, sendo contabilizadas como despesa quando o respectivo serviço é prestado.

Um passivo é reconhecido pelo valor que deverá ser pago no curto prazo, ao abrigo de planos de bónus em dinheiro ou férias acumuladas, se o grupo tiver uma obrigação actual legal ou construtiva de pagar esse valor, como resultado do serviço prestado no passado pelo empregado, e a obrigação puder ser estimada com fiabilidade.

Pagamentos com base em acções

O justo valor das opções sobre acções liquidadas com capital próprio é determinado na data da concessão e contabilizado como despesas com o pessoal durante o período de aquisição das opções sobre acções com um correspondente aumento na reserva para pagamentos com base em acções. As condições de aquisição não relacionadas com o mercado não são consideradas na avaliação, mas são incluídas na estimativa do número de opções que se espera adquirir. Em cada data da demonstração da posição financeira, a estimativa do número de opções que se espera adquirir é reavaliada e ajustada contra as receitas e fundos próprios, ao longo do período de aquisição restante.

Ao se optar por opções sobre acções, os montantes previamente creditados na reserva para pagamentos com base em acções são transferidos para lucros acumulados, através de uma transferência de capital. No exercício das opções sobre acções liquidadas com capital próprio, as receitas recebidas são creditadas no capital social e prémio de acções.

Os pagamentos com base em acções efectuados em dinheiro são contabilizados como exigibilidades pelo justo valor até que sejam liquidados com base em acções. A exigibilidade é reconhecida ao longo do processo de liquidação. Todas as alterações nas exigibilidades são reconhecidas em lucros ou perdas.

Benefícios pelo término do contrato

Os benefícios pelo término do contrato são reconhecidos como despesa, quando o Banco se comprometeu, sem possibilidade realista de retirada, com um plano de formato detalhado para rescindir o contrato do empregado, antes da sua data normal de reforma, ou proporcionar benefícios pelo término, como resultado de uma oferta feita para encorajar a demissão voluntária. Os benefícios a serem pagos por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa, no caso do Banco ter feito uma oferta para encorajar a demissão voluntária do empregado, oferta que, muito provavelmente, será aceite, podendo o número de aceitação ser estimado com fiabilidade.

(o) Provisões

Uma provisão é reconhecida quando o Banco tiver uma obrigação actual legal ou construtiva resultante de um acontecimento passado, sendo muito provável que uma saída de recursos venha a ser necessária para cumprir a obrigação; e o valor tiver sido estimado de forma fiável.

As provisões são determinadas com base no valor actual das despesas que se espera venham a ser incorridas para cumprir a obrigação.

(p) Empréstimos que rendem juros

Os empréstimos que rendem juros são inicialmente reconhecidos ao custo, deduzido dos custos de transacção atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos que rendem juros são determinados pelo custo amortizado com todas as diferenças entre o custo e o valor de amortização a serem reconhecidas em resultados compreensivos, no decurso do período dos empréstimos, com base no método da taxa de juro efectiva.

(q) Activos não-correntes detidos para venda

Todos os activos não correntes, que preencham os requisitos da IFRS 5-Activos não correntes detidos para venda, são classificados como tal, no caso da gerência acreditar que dentro de um ano os mesmos estarão vendidos. Estes activos não são sujeitos à amortização.

(r) Locações

Os arrendamentos celebrados pelo Banco como locatário assumem inicialmente a forma de locação operacional. O total dos pagamentos efectuados no âmbito dos contratos de arrendamento é registado na rubrica de "Outras despesas operacionais" na demonstração de resultados compreensivos numa base constante e pelo período de duração do contrato de arrendamento.

Quando uma locação operacional é encerrada antes do período de concessão expirar, qualquer pagamento a ser feito ao locador a título de sanção, é reconhecido como despesa no período em que a rescisão ocorrer.

Quando os activos são detidos sujeitos a uma locação financeira, o valor actual dos pagamentos de locações é reconhecido como um devedor. A diferença entre a receita bruta e o valor actual dos créditos é reconhecida como uma receita financeira vinda. A receita de locação é reconhecida durante o prazo da locação, usando o método de investimento líquido (antes da taxa de imposto), o que reflecte uma taxa de retorno periódica constante.

(s) Valores comparativos

Sempre que necessário, os valores comparativos foram reclassificados, por forma a atender às alterações de apresentação introduzidas no presente exercício.

Gestão do Risco Financeiro

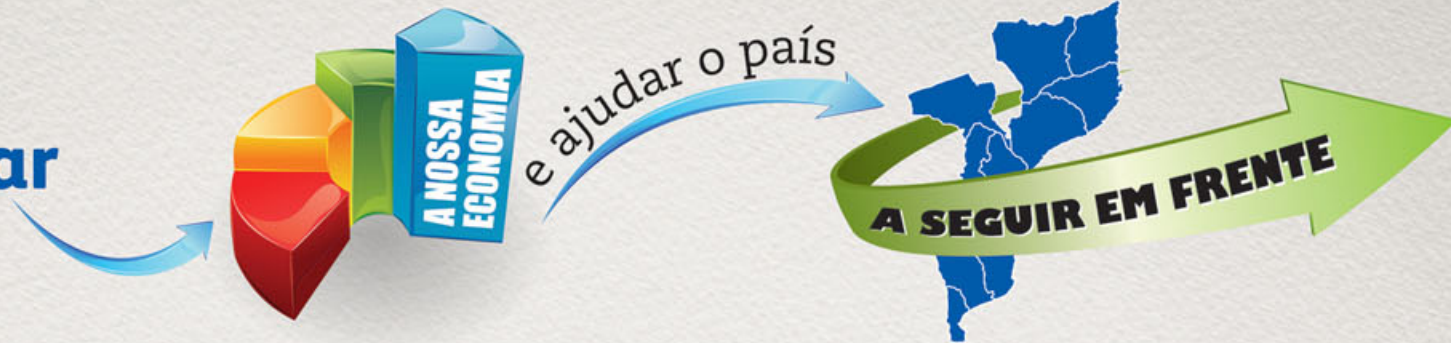
As actividades do Banco expõem a instituição a riscos de diversa ordem, sendo que essas actividades exigem uma análise, avaliação, aceitação e gestão de um certo grau de riscos ou combinação de riscos. Assumir riscos é essencial nos serviços financeiros, e os riscos de carácter operacional são uma consequência inevitável do exercício da actividade. O objectivo do Banco é o de atingir um equilíbrio permanente entre risco / retorno e minimizar os efeitos potencialmente adversos que possam afectar o seu desempenho financeiro.

Pela sua natureza, as actividades do banco estão principalmente relacionadas com a utilização de instrumentos financeiros, incluindo instrumentos derivados. O Banco aceita depósitos de clientes nas duas modalidades de taxas, fixas ou flutuantes, bem como para diversos períodos, e tenta ganhar margens de juro acima da média, investindo estes fundos em activos de alta qualidade. O Banco procura aumentar essas margens, consolidando os fundos de curto prazo e fazendo empréstimos por períodos mais longos a taxas mais altas, mantendo liquidez suficiente para atender a todas as necessidades que possam surgir.

Assim, as políticas de gestão de risco implementadas pelo Banco foram desenvolvidas no sentido de permitir a identificação e a análise dos riscos, de estabelecerem limites e controlos de risco apropriados e de supervisionarem os riscos e o grau de adesão aos limites fixados mediante a implementação de sistemas de informação fiáveis e actualizados. O Banco revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco, assim como os sistemas implementados, por forma a considerar as alterações ocorridas no mercado, nos produtos e nas práticas de boa governação emergentes.

A gestão do risco é realizada pelo Departamento de Risco no âmbito das políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. Este Departamento identifica, avalia e salvaguarda os riscos financeiros em estreita cooperação com as unidades operacionais do Banco. O Conselho de Administração fornece princípios por escrito para a gestão global de risco, bem como políticas escritas que abrangem áreas específicas, tais como, o risco cambial, risco da taxa de juro, risco de crédito, a utilização de instrumentos financeiros derivados e de instrumentos financeiros não-derivados. Além disso, a auditoria interna é responsável pela revisão independente da gestão de risco e pelo ambiente de controlo. Dentre os tipos de riscos mais importantes a que o Banco está exposto contam-se, o risco de liquidez, risco de mercado e outros riscos operacionais. O risco de mercado inclui o risco cambial, a taxa de juro e outros riscos relativos ao preço.

vamos apoiar



Risco de crédito

O Banco está exposto ao risco de crédito, que é o risco de uma contraparte causar um prejuízo financeiro ao Banco por falta de quitação de uma obrigação contratual. Provisões para redução do valor recuperável são constituídas para cobrir os prejuízos que forem incorridos à data do balanço. Mudanças significativas na economia, ou na saúde de um determinado segmento da indústria que representa uma concentração da carteira do Banco, poderiam resultar em perdas, porém diferentes das previstas à data do balanço. Consequentemente, uma Administração cuidadosa gere a sua exposição ao risco de crédito.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito a que está exposto, colocando limites no valor do risco aceite na relação com um mutuário ou grupos de mutuários e com os segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados numa base rotativa e sujeitos a revisões anuais ou mais frequentes. Os limites no nível de risco de crédito por produto, sector da indústria e por país são aprovados pelo Conselho de Administração.

A exposição a qualquer mutuário, incluindo bancos, é restringida por sub-limites, abrangendo exposições da Demonstração da posição financeira e extra-patrimoniais e limites de risco estabelecidos diariamente com relação aos seus negociáveis, tais como, contratos de operações cambiais a prazo. Exposições reais contra os limites são monitoradas numa base diária.

A exposição ao risco de crédito é gerida através da análise regular da capacidade dos mutuários e potenciais mutuários atenderem aos juros e reembolso de capital, e através da alteração dos limites de crédito, se for caso disso. A exposição ao risco de crédito também é gerida, em parte, pela obtenção de cauções e garantias pessoais e corporativas.

Os administradores criaram um Comité de Crédito que é responsável por implementar a política de crédito do Banco. E política do Banco exigir garantias adequadas dos clientes antes do desembolso dos empréstimos aprovados. Cauções aceitáveis são geralmente obtidas sob a forma de dinheiro, existências, investimentos cotados em Bolsa ou outros bens.

Mensuração do risco de crédito

Empréstimos e adiantamentos

As mensurações operacionais podem ser contrastadas com as provisões para imparidade exigidas pela IAS 39, que se baseiam nas perdas incorridas à data do balanço (o "modelo da perda incorrida") e não das perdas esperadas.

O Banco avalia a probabilidade de incumprimento das contrapartes individuais, usando ferramentas de apreciação internas adaptadas às diferentes categorias da contraparte. As mesmas foram desenvolvidas internamente e combinam análise estatística com julgamento do gestor do crédito e são validadas, se for caso disso, por comparação com os dados disponíveis externamente. Os clientes do Banco estão segmentados em cinco classes de avaliação. A escala de avaliação do Banco, conforme se pode ver a seguir, reflecte o âmbito das probabilidades de incumprimento definidas para cada classe de avaliação. Isto significa que, em princípio, a exposição migra entre as classes, de acordo com as mudanças na avaliação da sua probabilidade de incumprimento.

Escala de avaliação interna do Banco

Empréstimos vincendos

1. Monitoria padrão
2. Monitoria especial

Empréstimos vencidos

3. Sub-padrão
4. Duvidosos
5. Perdidos

Os incumprimentos observados de acordo com a categoria de classificação variam de ano para ano, especialmente durante um ciclo económico.

(i) Exposição no incumprimento é baseada nos valores que o Banco espera sejam devidos no momento do incumprimento. Por exemplo, para um empréstimo, este é representado pelo valor facial. Para um compromisso, o Banco inclui todos os valores já levantados, acrescidos do montante que pode ter sido levantado na altura do incumprimento, caso o mesmo ocorra.

(ii) A perda devida a um incumprimento ou severidade da perda representa a expectativa do Banco da extensão da perda numa reclamação, no caso de ocorrer algum incumprimento. Esta é expressa como percentagem da perda por unidade de exposição e normalmente varia por tipo de contraparte, tipo e antiguidade da reclamação e disponibilidade de garantias ou outra mitigação de crédito.

Controlo do limite do risco e políticas de mitigação

O Banco administra, limita e controla concentrações de risco de crédito onde quer que as mesmas sejam identificadas - em particular, para contrapartes individuais e grupos, e para indústrias e países.

O Banco estrutura os níveis de risco de crédito, obriga-se a colocar limites no valor do risco aceite na relação com um mutuário, ou grupos de mutuários, e para segmentos geográficos e da indústria. Esses riscos são monitorados numa base rotativa e sujeitos a uma revisão anual ou mais frequente, sempre que se julgue necessário. Os limites no nível de risco de crédito, por produto, sector da indústria e por país são aprovados trimestralmente pelo Conselho de Administração. As cartas de crédito são também sujeitas a avaliações de crédito rigorosas antes de serem providenciadas. Os acordos especificam os limites monetários para as obrigações do Banco.

Outros dos controlos específicos e medidas de mitigação adoptadas pelo Banco apresentam-se como segue:

(a) Garantias

O Banco utiliza uma série de políticas e práticas para atenuar o risco de crédito. A mais tradicional delas é a obtenção de adiantamentos de fundos de segurança, que é uma prática comum. O Banco implementa directivas orientadoras sobre a aceitabilidade das categorias específicas de garantias de crédito ou de redução dos riscos. Os principais tipos de garantia para os empréstimos e adiantamentos são:

- Hipotecas sobre propriedades residenciais;
- Encargos sobre bens comerciais, tais como instalações, equipamentos, existências e contas a receber;
- Encargos sobre instrumentos financeiros, como títulos de dívida e acções.

O financiamento e empréstimos de longo prazo a entidades empresariais são geralmente garantidos; as facilidades rotativas de crédito individual são geralmente concedidas sem se exigir garantia. Além disso, a fim de minimizar a perda de crédito, o Banco procurará obter garantias adicionais da contraparte, logo que forem observados indicadores de imparidade para empréstimos e adiantamentos individuais pertinentes.

A garantia mantida como segurança de activos financeiros que não sejam empréstimos e adiantamentos é determinada pela natureza do instrumento. Geralmente, os títulos de dívida, obrigações do tesouro ou outras obrigações elegíveis não estão sujeitos à entrega de garantias, com excepção dos títulos suportados por activos e instrumentos similares, que são garantidos pelas carteiras de instrumentos financeiros.

O Banco detém os seguintes tipos de garantias dentro das seguintes classes:

	2010 MT	2009 MT
Banco de Retalho	3 651 749 802	489 864 539
Empréstimos hipotecários	571 256 157	1 057 461 000
Vendas a prestações e locações financeiras	688 273 050	1 610 864 461
Outros empréstimos e adiantamentos		
Banca Empresarial e de Investimento	3 046 956 839	2 538 049 242
Empréstimos a empresas		
Em 31 de Dezembro	7 958 265 848	9 200 673 435

(b) Derivados

O Banco mantém limites de controlo rigorosos sobre as posições líquidas abertas derivadas (isto é, a diferença entre contratos de compra e venda), no que se refere ao valor e prazo. Em qualquer altura, o valor sujeito ao risco de crédito limita-se ao justo valor actual dos instrumentos que sejam favoráveis para o Banco (ou seja, onde o seu justo valor seja positivo), o qual, em relação aos instrumentos derivados, constitui apenas uma pequena fracção do contrato, ou valores fictícios utilizados para exprimir o volume de instrumentos pendentes. Esta exposição ao risco de crédito é gerida como parte do conjunto de limites de crédito com os clientes, em conjunto com potenciais exposições dos movimentos do mercado. Cauções ou outras garantias não são normalmente obtidas para exposições ao risco de crédito, sobre estes instrumentos, excepto nos casos em que o Banco exige depósitos de margem das contrapartes.

O risco de liquidação surge em qualquer situação em o Banco efectue um pagamento em dinheiro, valores mobiliários ou acções é efectuado na expectativa de um recebimento correspondente em dinheiro, valores mobiliários ou acções da contraparte numa data futura. Diariamente, são estabelecidos limites de liquidação para cada uma das contrapartes para cobrir a totalidade de todos os riscos decorrentes da liquidação das transacções de mercado do Banco num único dia.

(c) Compromissos relacionados com o crédito

O principal objectivo destes instrumentos é assegurar que os fundos estejam sempre disponíveis para o cliente quando necessário. Garantias e cartas de crédito de apoio correm o mesmo risco de crédito que os empréstimos. Cartas de crédito documentário e comerciais que representam compromissos escritos pelo Banco em nome de um cliente autorizando um terceiro a responsabilizar o Banco, até um montante estipulado sob termos e condições específicas são garantidos por remessas de mercadorias subjacentes a que dizem respeito e, por isso, correm menos riscos do que um empréstimo directo.

Compromissos para aumentar o crédito representam parcelas não utilizadas de autorizações para estender crédito, sob a forma de empréstimos, garantias e cartas de crédito. No que diz respeito ao risco de crédito nos compromissos para estender o crédito, o Banco fica potencialmente exposto à perda de um montante igual ao total dos compromissos não utilizados. Todavia, o montante provável da perda é inferior ao total de compromissos não utilizados, uma vez que a maioria dos compromissos para aumentar o crédito se subordinam aos clientes, mantendo normas de crédito específicas. O Banco controla o prazo de vencimento dos compromissos de crédito, porque os compromissos de longo prazo assumidos têm, de um modo geral, um grau de risco de crédito maior do que os compromissos de prazo mais curto.

Imparidade e políticas de constituição de provisões

Os sistemas de classificação internos e externos descritos na Nota 3.1.1 estão mais focados no mapeamento da qualidade do crédito desde a concessão do empréstimo e das actividades de investimento. Em contrapartida, as provisões para cobrir a imparidade são reconhecidas para efeitos de informação financeira apenas para as perdas que tenham sido incorridas à data do balanço, com base em evidências objectivas de imparidade. Devido às diferentes metodologias aplicadas, o montante das perdas de crédito incorridas, previstas nas demonstrações financeiras, é geralmente mais baixo do que o montante determinado a partir do modelo da perda esperada, que é utilizado para gestão operacional interna e propósitos de regulamentação bancária.

A provisão para imparidade do valor recuperável evidenciada no balanço no final do exercício é obtida a partir de cada uma das quatro classes de classificação interna. No entanto, a maior parte da provisão para imparidade provém das duas classes inferiores. A tabela na página 42 mostra o percentual das rubricas da demonstração da posição financeira do Banco referente aos empréstimos e adiantamentos e à provisão de imparidade associada, para cada uma das categorias de classificação interna do Banco.

	Nem vencido nem em imparidade			Vencido mas sem imparidade		Total Empréstimos s vencidos	Empréstimos em imparidade	Total Empréstimos	Garantia contra empréstimos em imparidade e Loans	Empréstimos líquidos de imparidade
Categoria	Nível A	Nível B	Nível C							
	2010 MT	2010 MT	2010 MT	2010 MT	2010 MT	2010 MT	2010 MT	2010 MT	2010 MT	2010 MT
Empréstimos e adiantamentos a bancos	12 644 914 630	-	-	-	-	12 644 914 630	-	12 644 914 630	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	49 295 246	5 127 431 630	5 640 280 337	399 784 664	11 216 791 876	89 622 178	11 306 414 055	13 126 751	76 495 427	
<i>Empréstimos a clientes – Banca de retalho</i>	<i>49 295 246</i>	<i>47 080 825</i>	<i>2 559 948 433</i>	<i>399 784 664</i>	<i>3 056 109 168</i>	<i>89 620 067</i>	<i>3 145 729 235</i>	<i>13 126 751</i>	<i>79 493 316</i>	
- Empréstimos hipotecários	-	2 124 170	718 823 077	38 904 189	759 851 435	10 895 179	770 746 615	13 126 751	(2 231 572)	
- Vendas a prestações e locações financeiras	2 454 530	13 310 729	448 157 222	119 178 783	583 101 264	20 997 567	604 098 831	-	20 997 567	
- Empréstimos - cartão	-	-	122 003 069	-	122 003 069	-	122 003 069	-	-	
- Outros empréstimos e adiantamentos	46 840 716	31 645 926	1 270 965 065	241 701 692	1 591 153 399	57 727 321	1 648 880 720	-	57 727 321	
<i>Empréstimos a clientes - Banca empresarial e de investimentos</i>	<i>-</i>	<i>5 080 350 805</i>	<i>3 080 331 904</i>	<i>-</i>	<i>8 160 682 709</i>	<i>2 111</i>	<i>8 160 684 820</i>	<i>-</i>	<i>2 111</i>	
- Empréstimos a grandes empresas	-	5 080 350 805	3 080 331 904	-	8 160 682 709	2 111	8 160 684 820	-	2 111	
Financiamento de imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Em Dezembro de 2010	12 694 209 876	5 127 431 630	5 640 280 337	399 784 664	23 861 706 507	89 622 178	23 951 328 685	13 126 751	76 495 427	
Em Dezembro de 2009	10 777 337 122	3 405 019 804	1 947 548 281	224 331 171	16 354 236 378	137 522 784	16 491 759 162	178 440 198	(40 917 414)	

Empréstimos e adiantamentos individualmente sujeitos a imparidade

	Empréstimos vincendos			Empréstimos vencidos (em imparidade individual)						
	Padrão	Menção especial	Total Empréstimos vincendos	Sub-Padrão	Duvidosos	Perdidos	Total empréstimos vencidos	Total Empréstimos	Garantia contra empréstimos em imparidade	Empréstimos líquidos de imparidade
	2010 MT	2010 MT	2010 MT	2010 MT	2010 MT	2010 MT	2010 MT	2010 MT	2010 MT	2010 MT
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10 817 007 213	399 784 664	11 216 791 877	38 043 035	33 210 623	18 368 520	89 622 178	11 306 414 055	13 126 751	76 495 426
Banca de Retalho	2 656 324 457	399 784 664	3 056 109 121	38 043 035	33 210 623	18 366 456	89 620 114	3 145 729 235	13 126 751	76 493 383
Empréstimos hipotecários	720 947 247	38 904 189	759 851 435	3 618 288	4 484 746	436 154	8 539 188	768 390 624	13 126 751	(2 231 572)
Vendas a prestações e locações financeiras	463 922 481	119 178 783	583 101 264	3 053 093	18 663 007	4 655 811	26 371 911	609 473 175	-	26 371 911
Cartões de Débito	122 003 069	-	122 003 069	-	-	-	-	122 003 069	-	--
Outros empréstimos e adiantamentos	1 349 451 660	241 701 692	1 591 153 352	31 371 654	10 062 870	13 274 491	54 709 015	1 645 862 367	-	54 709 015
Banca Empresarial e de Investimento	8 160 682 756	-	8 160 682 756	-	-	2 064	2 064	8 160 684 820	-	2 064
Empréstimos a grandes empresas	8 160 682 756	-	8 160 682 756	-	-	2 064	2 064	8 160 684 820	-	2 064
Em 31 de Dezembro 2010	10 817 007 213	399 784 664	11 216 791 877	38 043 035	33 210 623	18 368 520	89 622 178	11 306 414 055	13 126 751	76 495 427
Em 31 de Dezembro 2009	6 710 201 137	224 285 432	6 934 486 569	56 591 833	46 971 447	33 859 504	137 522 784	7 072 009 353	178 440 198	(40 917 414)

Tal como acima demonstrado, 76% do total da exposição máxima é obtido a partir de empréstimos e adiantamentos a bancos e a clientes (2009: 69%); 10% representam os activos financeiros disponíveis-para-venda (2009: 15%). A Administração está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e sustentar níveis de exposição mínimos em termos do risco de crédito decorrentes da sua carteira de empréstimos e adiantamentos e dos investimentos financeiros, com base no seguinte:

- 89% da carteira de empréstimos e adiantamentos estão categorizados nas duas primeiras posições do sistema de avaliação interno (2009: 87%);
- Empréstimos hipotecários, vendas a prestações e locações financeiras são suportados por garantias.
- As grandes empresas têm gestores de acompanhamento do desempenho do Banco e outros factores que podem indicar potenciais incumprimentos.

No conjunto dos activos financeiros disponíveis para venda, 98% dizem respeito aos instrumentos emitidos pelo Banco Central e Governo de Moçambique, incluindo instrumentos emitidos pelo Tesouro, tendo o remanescente sido emitido pelas grandes empresas do País.

Empréstimos e adiantamentos

	2010	2009
<i>Empréstimos e adiantamentos a clientes</i>	<i>MT</i>	<i>MT</i>
Categoria		
Nem vencido nem em imparidade	10 883 042 852	6 711 550 368
Vencido mas sem imparidade	399 784 663	222 936 201
Em imparidade individual	89 622 178	137 522 784
Brutos	11 372 442 693	7 072 009 353
Imparidade	(51 583 395)	(73 861 208)
Líquidos	11 320 866 298	6 998 148 145
Empréstimos e adiantamentos a bancos	2010 MT	2009 MT
Categoria		
Nem vencidos nem em imparidade	12 644 914 630	9 419 749 809
Líquido	12 644 914 630	9 419 749 809

(a) Empréstimos e adiantamentos nem vencidos nem em imparidade

(b) A qualidade de crédito da carteira de empréstimos e adiantamentos não vencidos e sem imparidade pode ser avaliada por referência ao sistema de avaliação interna adoptado pelo Banco.

(c) Empréstimos e adiantamentos vencidos mas sem imparidade

Os empréstimos e adiantamentos com vencimentos inferiores a 90 dias não são considerados como tendo o seu valor recuperável reduzido, a menos que haja informação a indicar o contrário. Relativamente a 2010 o valor era de MT 399 784 663 (2009: MT 222 936 201).

vamos apoiar



e ajudar o país



(d) Empréstimos e adiantamentos a bancos

O total do valor bruto dos empréstimos e adiantamentos individuais com imparidade à data de 31 de Dezembro de 2010 era nulo (2009: Nulo). O Banco não possui garantias contra os empréstimos e adiantamentos a Bancos.

(e) Empréstimos renegociados

As actividades de reestruturação incluem acordos para prorrogar o prazo dos reembolsos, planos de gestão externa aprovados, modificação e deferimento de pagamentos. Após a reestruturação, uma conta anteriormente vencida do cliente é restabelecida a um estado normal e gerida conjuntamente com outras contas semelhantes. As políticas e práticas de reestruturação baseiam-se em indicadores ou critérios que, no julgamento dos gestores locais, indicam que o pagamento irá, muito provavelmente, continuar. Estas políticas são mantidas sob permanente controlo. A reestruturação é mais comumente aplicada aos empréstimos a prazo, em particular empréstimos para financiamento de clientes. Os empréstimos renegociados totalizaram MT 59 625 007 (2009: MT 66 895 985).

Categoria	2010 MT	2009 MT
Empréstimos e adiantamentos a clientes	59 625 007	66 895 985
<i>Banca de Retalho</i>	59 625 007	37 997 827
Empréstimos hipotecários	-	-
Vendas a prestações e locações financeiras	586 898	-
Outros empréstimos e adiantamentos	59 038 109	37 997 827
<i>Banca Empresarial e de Investimento</i>	-	28 898 158
Empréstimos a grandes empresas	-	28 898 158
Total	59 625 007	66 895 985

Concentração de riscos dos activos financeiros com exposição ao risco de crédito

(a) Sectores geográficos

O Banco atribuiu exposições às regiões, com base no país de domicílio das suas contrapartes. Todas as exposições de crédito relacionadas a empréstimos e adiantamentos aos clientes estão baseadas em Moçambique.

(b) Sectores industriais

Análise sectorial	2010 MT	2009 MT
Agricultura	1 049 424 953	347 500 957
Madeira e florestas	41 754 063	-
Pescas	128 357 810	129 681 714
Indústria extractiva	226	6 176 651
Indústria de transformação	2 326 672 728	1 624 541 115
Electricidade, gás e água	366 104 937	357 179 322
Construção e Obras Públicas	810 128 927	340 745 987
Indústria de hotelaria e turismo	114 895 271	167 811 814
Comércio	2 924 780 777	1 728 203 159
Transporte e comunicações	847 806 685	507 804 425
Instituições financeiras não monetárias	18 527	48 455
Outros sectores	2 696 469 151	1 862 315 753
Total	11 306 414 055	7 072 009 352

Análise Sectorial da imparidade de crédito

A análise da imparidade de crédito é apresentada no quadro abaixo

Análise Sectorial	2010 MT	2009 MT
Agricultura	-	4 577 750
Construção	169 740	1 641 830
Individuais	15 949 843	25 680 579
Indústria Manufactureira	52	11 460 659
Outros serviços	9 190 376	8 629 862
Transportes	479 630	1 437 811
Grossistas	4 878 870	2 466 332
Total	30 668 511	55 894 823

Risco de mercado

O Banco encontra-se exposto ao risco de mercado, o qual consiste no risco de que o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro sofram flutuações causadas por alterações dos preços de mercado. Os riscos de mercado advêm de posições de taxas de juro, moeda e produtos de capital em aberto, todas elas expostas a movimentações de Mercado gerais e específicas e a alterações no nível de volatilidade das taxas e preços de mercado, tais como taxas de juros, margens de juros de crédito, taxas de câmbio e preços de capital.

Técnicas de medição do risco de mercado

As principais técnicas de medição utilizadas pelo Banco para medir e controlar o risco de mercado são as seguintes:

Risco cambial

O Banco encontra-se exposto aos efeitos das flutuações das principais taxas de câmbio ao nível da sua posição financeira e dos fluxos de caixa. O Conselho de Administração estabelece limites para os níveis de exposição por moeda e em agregado, tanto para as posições overnight como diárias, as quais são monitorizadas numa base diária. O Quadro abaixo resume a exposição do Banco em termos de risco cambial à data de 31 de Dezembro de 2010. O Quadro inclui os instrumentos financeiros detidos pelo Banco, ao seu valor contabilístico, categorizados por moeda.

Risco da taxa de juro

O risco da taxa de juro do fluxo de caixa é o risco de que os fluxos de caixa futuros, de determinado instrumento financeiro, fluam em virtude de alterações das taxas de juro praticadas ao nível do mercado. O risco do justo valor das taxas de juro é o risco de que o valor de um determinado instrumento financeiro se altere devido a variações nas taxas de juro do mercado. O Banco encontra-se exposto ao risco dos efeitos das variações que ocorram aos vários níveis das taxas de juro do mercado, em termos de justo valor e de fluxos de caixa. As margens de juro podem aumentar como consequência desse tipo de flutuações, podendo, também, ter como consequência uma redução das perdas no caso de ocorrência de movimentos inesperados. O Conselho de Administração fixa limites relativos aos níveis de alteração das taxas de juro permitidos, os quais são controlados diariamente pela Sala de Mercados do Banco.

A nota 3.5 resume a exposição do Banco aos riscos da taxa de juro. A mesma inclui os instrumentos financeiros do Banco aos valores contabilísticos, categorizados pelo preço contratual recém fixado ou datas de vencimento.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que o Grupo corre por não ter capacidade de cumprir as suas obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro.

Processo de gestão do risco de liquidez

O processo de gestão de liquidez do Banco é levado a cabo no Banco e monitorado por uma equipa separada na Sala de Mercados do Banco e comporta o seguinte:

- Financiar as actividades quotidianas, geridas pela monitoria dos fluxos de caixa futuros, por forma a assegurar que as exigências possam ser atendidas. Nisto se inclui a reposição de fundos conforme os mesmos forem sendo vencidos ou emprestados pelos clientes. O Banco mantém uma presença activa nos mercados monetários globais para permitir que isto aconteça;
- Manter uma carteira de activos altamente negociáveis que possam ser facilmente liquidados como protecção contra qualquer interrupção imprevista no fluxo de caixa;
- Monitorar os rácios de liquidez do balanço, por confrontação das exigências internas e reguladoras; e
- Gerir a concentração e o perfil das maturidades da dívida.

O acompanhamento e a apresentação de relatórios assumem a forma de mensuração do fluxo de caixa e de projecções para o dia, semana e mês

Imparidade de crédito para empréstimos e adiantamentos

Existe imparidade de crédito nas seguintes classes de empréstimos e adiantamentos:

	Empréstimo Hipotecários 2010 MT	Vendas a Prestações e locações 2010 MT	Empréstimos cartões 2010 MT	Outros Empréstimos e adiantamentos 2010 MT	Empréstimos grandes empresas 2010 MT	Financiamento Imóveis 2010 MT	Total 2010 MT
Empréstimos vencidos							
Saldo no início do ano	(427 862)	10 841 000	(67 000)	42 161 105	3 387 580	-	55 894 823
Contas encerradas com imparidade	(6 601 177)	-	(1 116 190)	(48 300 340)	-	-	(56 017 707)
Imparidade líquida do exercício/liberadas	7 880 610	(3 487 710)	2 166 278	24 232 216	-	-	30 791 395
Saldo no fim do ano	851 571	7 353 290	983 088	18 092 981	3 387 580	-	30 668 511
Empréstimos vincenos							
Saldo no início do ano	670 000	1 868 805	58 000	5 609 580	9 760 000	-	17 966 385
Imparidade líquida do exercício/liberadas	1 152 950	884 450	2 043 737	2 396 282	(3 528 920)	-	2 948 499
Saldo no fim do ano	1 822 950	2 753 255	2 101 737	8 005 862	6 231 080	-	20 914 884
Total	2 674 521	10 106 545	3 084 825	26 098 844	9 618 660	-	51 583 395

Exposição ao risco de liquidez

	Valor contabilístico 2010 MT	Entrada (saída) nominal bruta 2010 MT	Menos de 1 mês 2010 MT	1-3 meses 2010 MT	3 meses a 1 ano 2010 MT	0-5 anos 2010 MT	Mais de 5 anos 2010 MT
31 de Dezembro 2010							
Passivos não-derivados	1 931 507 205	1 931 507 205	-	-	-	-	-
Passivos negociáveis	132 000 000	132 000 000	132 000 000	-	-	-	-
Depósitos de bancos	198 012 656	198 012 656	198 012 656	-	-	-	-
Depósitos de clientes	26 726 058 027	26 726 058 027	23 688 419 676	1 316 889 310	1 720 749 041	-	-
Passivos subordinados	260 192 292	260 192 292	-	192 292	-	-	260 000 000
Total	29 247 770 180	29 247 770 180	24 018 432 332	1 317 081 602	1 720 749 041	-	260 000 000

	Valor contabilístico 2010 MT	Entrada (saída) nominal bruta 2010 MT	Menos de 1 mês 2010 MT	1-3 meses 2010 MT	3 meses a 1 ano 2010 MT	0-5 anos 2010 MT	Mais de 5 anos 2010 MT
31 de Dezembro 2009							
Passivos não-derivados	911 152 657	911 152 657	-	-	-	-	-
Passivos negociáveis	846 231 116	846 231 116	846 231 116	-	-	-	-
Depósitos de bancos	3 528 911	3 528 911	3 528 911	-	-	-	-
Depósitos de clientes	21 639 532 230	21 639 532 230	19 735 196 384	793 458 037	1 110 877 815	-	-
Passivos subordinados	260 165 208	260 165 208	-	165 208	-	-	260 000 000
Total	23 660 610 122	23 660 610 122	20 584 956 411	793 623 239	1 110 877 815	-	260 000 000

(a) Derivados com base líquida – mantidos para comercialização

	Valor justo dos activos 2010 MT	Valor contractual/ estimado amount 2010 MT	1 ano 2010 MT	1 – 5 anos 2010 MT	Mais de 5 anos 2010 MT
Activos derivados					
Derivados de contratos cambiais a prazo	17 749 160	118 616 766	17 749 160	-	-
31 de Dezembro 2010	17 749 160	118 616 766	17 749 160	-	-

Risco da moeda

Risco da moeda (MT)	USD MT	EUR MT	GBP MT	MT MT	ZAR MT	Outras moedas MT	Total MT
Em 31 de Dezembro 2010							
Activos							
Caixa e depósitos no Banco Central	175 484 862	82 651 749	1 000 777	2 541 989 855	59 702 342	-	2 860 829 585
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	-	3 189 021 282	-	-	3 189 021 282
Activos negociáveis	-	-	-	551 270 965	-	-	551 270 965
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	8 875 577 786	1 498 490 796	34 065 234	71 064 173	1 017 005 435	1 148 711 204	12 644 914 630
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3 394 430 477	113 206 281	-	7 670 561 718	142 667 822	-	11 320 866 298
Investimentos	-	-	-	1 123 806	-	-	1 123 806
Activos derivados	-	-	-	17 749 160	-	-	17 749 160
Activo por impostos correntes	-	-	-	5 019 847	-	-	5 019 847
Total	12 445 493 125	1 694 348 826	35 066 011	14 047 800 806	1 219 375 601	1 148 711 204	30 590 795 573

analisados os instrumentos financeiros derivados do Banco, a serem liquidados numa base bruta em grupos de maturidade baseados no período remanescente à data do balanço da maturidade contratual. Os montantes divulgados no Quadro representam fluxos de caixa contratuais não-descontados.

Exposição ao risco de liquidez

A principal medida utilizada pelo banco para gerir o risco de liquidez é o rácio dos activos líquidos para depósitos de clientes. Para este efeito, os activos líquidos são considerados como incluindo valores monetários e fundos de curto prazo e títulos de dívida de grau de investimento para o qual existe um mercado activo e liquidez de mercado, menos todos os depósitos de bancos, títulos de dívida, outros empréstimos e compromissos com vencimento no mês seguinte. Um cálculo semelhante, mas não idêntico, é utilizado para medir a conformidade do banco com o limite de liquidez estabelecido pelo seu regulador, o Banco de Moçambique. Detalhes do rácio reportado dos activos líquidos do banco para depósitos de clientes, à data do relatório e durante o período do relatório foram as seguintes (a partir da segunda tabela abaixo):



Risco da moeda (cont.)

Risco da moeda (MT)	USD	EUR	GBP	MT	ZAR	Outras moedas	Total
Em 31 de Dezembro 2010	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Passivos							
Depósitos de clientes	11 420 420 987	1 650 177 362	40 370 679	9 611 788 383	3 053 793 068	1 147 520 204	26 924 070 683
Obrigação de pagamento de benefícios aos empregados	-	-	-	294 136 000	-	-	294 136 000
Passivos negociáveis	-	-	-	132 000 000	-	-	132 000 000
Obrigações subordinadas	-	-	-	260 192 292	-	-	260 192 292
	<u>11 420 420 987</u>	<u>1 650 177 362</u>	<u>40 370 679</u>	<u>10 298 116 675</u>	<u>3 053 793 068</u>	<u>1 147 520 204</u>	<u>27 610 398 975</u>
Líquido	1 025 072 138	44 171 464	(5 304 668)	3 749 684 131	(1 834 417 468)	1 191 000	2 980 396 598
Em 31 de Dezembro 2009	85 551 541	(16 062 871)	(1 847 918)	1 698 633 033	(243 587 191)	1 293 227	1 523 979 822

Risco da taxa de juro

Sensibilidade dos itens do balanço às variações da taxa de juro (MT)

Em 31 de Dezembro de 2010	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+3anos	Não rendem juros	Total
Activos							
Caixa e depósitos no Banco Central	-	-	-	-	-	2 860 829 585	2 860 829 585
Activos financeiros disponíveis para venda	977 061 451	1 323 800 650	493 810 358	67 919 304	326 429 519	-	3 189 021 282
Activos negociáveis	-	250 960 831	300 310 134	-	-	-	551 270 965
Empréstimos e adiantamentos a bancos	3 350 356 079	2 835 305 025	6 401 823 505	-	-	57 430 021	12 644 914 630
Empréstimos e adiantamentos a clientes	11 216 791 877	-	-	-	-	104 074 421	11 320 866 298
Investimentos	-	-	-	-	-	1 123 806	1 123 806
Activos derivados	-	-	-	-	-	17 749 160	17 749 160
Activo por impostos correntes	-	-	-	-	-	5 019 847	5 019 847
	<u>15 544 209 407</u>	<u>4 410 066 506</u>	<u>7 195 943 997</u>	<u>67 919 304</u>	<u>326 429 519</u>	<u>3 046 226 840</u>	<u>30 590 795 573</u>
Passivos							
Depósitos de clientes	9 581 102 349	3 296 297 498	1 720 749 041	-	-	12 325 921 795	26 924 070 683
Pagamento de Benefícios aos empregados	-	-	-	-	-	294 136 000	294 136 000
Passivos negociáveis	132 000 000	-	-	-	-	-	132 000 000
Obrigações subordinadas	-	-	-	-	260 000 000	192 292	260 192 292
	<u>9 713 102 349</u>	<u>3 296 297 498</u>	<u>1 720 749 041</u>	<u>-</u>	<u>260 000 000</u>	<u>12 620 250 087</u>	<u>27 610 338 975</u>
Diferencial de sensibilidade do balanço às taxas de juro	5 831 107 058	1 113 769 008	5 475 194 956	67 919 304	66 429 519	(9 574 023 247)	2 980 396 598
Em 31 de Dezembro 2009	(1 239 723 513)	885 286 808	7 104 129 831	101 063 954	65 470 952	(5 544 542 999)	1 371 685 032

Risco de maturidade

Maturidades dos activos e passivos (MT)

Em 31 de Dezembro 2010	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-3 anos	+3 anos	Período indeterminado	Total
Activos							
Caixa e depósitos no Banco Central	2 860 829 585	-	-	-	-	-	2 860 829 585
Activos financeiros disponíveis para venda	977 061 451	1 323 800 650	493 810 358	67 919 304	326 429 519	-	3 189 021 282
Activos negociáveis	-	250 960 831	300 310 134	-	-	-	551 270 965
Empréstimos e adiantamentos a Bancos	3 361 280 096	2 849 579 884	6 434 054 650	-	-	-	12 644 914 630
Empréstimos e adiantamentos a clientes	2 995 717 497	1 812 306 773	773 801 705	2 176 770 979	3 524 230 561	38 038 783	11 320 866 298
Investimento	-	-	-	-	-	1 123 806	1 123 806
Activos derivados	11 405 016	4 938 938	1 405 206	-	-	-	17 749 160
Activo por impostos corrente	-	-	5 014 847	-	-	-	5 014 847
	<u>10 206 293 645</u>	<u>6 241 587 076</u>	<u>8 008 396 900</u>	<u>2 244 690 283</u>	<u>3 850 660 080</u>	<u>39 162 589</u>	<u>30 590 795 573</u>
Passivos							
Depósitos de clientes	21 907 024 144	3 296 297 498	1 720 749 041	-	-	-	26 924 070 683
Pagamento de benefícios aos empregados	-	-	-	-	-	294 136 000	294 136 000
Passivos negociáveis	132 000 000	-	-	-	-	-	132 000 000
Obrigações subordinadas	-	-	192 292	-	260 000 000	-	260 192 292
	<u>22 039 024 144</u>	<u>3 296 297 498</u>	<u>1 720 941 333</u>	<u>-</u>	<u>260 000 000</u>	<u>294 136 000</u>	<u>27 610 398 975</u>
Diferencial de sensibilidade do balanço às taxas de juro	(11 832 730 499)	2 945 289 578	6 287 460 567	2 244 690 283	3 590 660 080	(254 973 411)	2 980 396 598
Em 31 de Dezembro 2009	(3 665 646 591)	1 811 764 747	7 737 196 189	1 413 814 124	2 062 296 520	(169 623 529)	9 189 801 460

Risco operacional

O risco operacional é o risco do Banco incorrer em perdas financeiras potenciais causadas pelos seus funcionários, por especificidades contratuais e documentação, tecnologias, falhas das infra-estruturas e desastres, projectos, influências externas e relações comerciais. O risco operacional inclui o risco legal, excluindo os riscos de reputação, estratégicos e de negócio. O risco operacional pode provir de processos, pessoas, sistemas e acontecimentos externos.

O risco operacional pode-se dividir por frequência elevada/severidade baixa, isto é, eventos que podem ocorrer de forma regular mas que expõem o Banco a um reduzido nível de perdas; e baixa frequência/alta severidade, que constituem eventos que são normalmente raros, mas que a sucederem podem acarretar perdas significativas para o Banco.

O Banco esforça-se por reduzir estes riscos através da manutenção de uma estrutura de governação corporativa e de sistemas de controlo interno fortes, complementadas por um sistema de valor saudável. A gestão é responsável pela introdução e manutenção de processos e procedimentos operacionais eficientes, encontrando-se estes documentados em diversos manuais, os quais são objecto de revisão periódica, por forma a contemplar alguma necessidade de alteração. O departamento de Auditoria Interna revê a eficácia dos controlos e procedimentos internos, recomendando melhorias à gestão, sempre que tal seja aplicável.

Risco de solvência

O Capital e as reservas sem imparidade são evidência do compromisso dos accionistas em garantir a continuidade das operações e a solvência do Banco. O risco de insolvência é medido pelo rácio de solvabilidade que representa a relação entre o capital requerido a ser realizado e os elementos do activo ponderado em função do respectivo risco. O Banco e os seus accionistas estão comprometidos em deter capital suficiente para manter o rácio de solvabilidade acima do mínimo de 8% exigido pelo Banco de Moçambique. O rácio de solvabilidade do Banco em 31 de Dezembro de 2010 era de 10,75% (2009: 14,74%).

Gestão de capital

Os objectivos do Banco relativamente à gestão do capital, num conceito mais amplo da situação líquida reflectida ao nível do balanço, são:

- Cumprir com os requisitos de capital exigidos pelo Banco de Moçambique, a instituição reguladora do sector de actividade em que o Banco opera;
- Salvaguardar a capacidade do Banco em termos de continuidade das suas operações, no sentido de que o mesmo possa continuar a gerar resultados para os seus accionistas e benefícios para as restantes partes interessadas; e
- Manter uma estrutura de capital forte que possa servir de suporte ao desenvolvimento das suas actividades.

A adequação do rácio de solvabilidade e a manutenção para efeitos reguladores são monitorizados regularmente pela gestão do Banco, utilizando técnicas baseadas nas instruções recebidas do Banco de Moçambique para efeitos de supervisão. A informação requerida é partilhada com o Banco de Moçambique numa base mensal. O Banco de Moçambique exige que cada banco ou Grupo financeiro:

- Detenha um valor mínimo de capital para efeitos de regulação no valor de 70 000 000 Meticais; e
- Mantenha um rácio do total do capital regulamentar para o activo ponderado por risco (o rácio de solvabilidade) igual ou superior ao mínimo de 8,75%.

O capital do Banco para efeitos de regulação é gerido pela Direcção de Gestão de Risco e divide-se em duas categorias:

- Categoria I: Capital social (valor líquido dos saldos de todas as quotas de tesouraria), juros minoritários resultantes da consolidação dos juros no capital social permanente, lucros retidos e reservas criadas por apropriação dos lucros acumulados. O saldo da mais-valia é deduzido, de acordo com o capital de risco I; e
- Categoria II: qualificação do capital de crédito subordinado, provisões colectivas e ganhos irrecuperáveis do justo valor dos instrumentos de capital detidos como disponíveis-para-venda.

Os investimentos nas associadas são deduzidos do capital de risco I e II para estar em concordância com o capital regulamentado.

O risco ponderado dos activos é mensurado de acordo com uma classificação hierárquica de cinco níveis de ponderação, classificados de acordo com a natureza de - e reflectindo uma estimativa do crédito, mercado e outros riscos associados - de cada activo e de cada contraparte, tomando ainda em consideração qualquer garantia ou colateral elegível. Tratamento idêntico é adoptado para as contas extrapatrimoniais, com ligeiros ajustamentos, por forma a reflectirem as perdas potenciais face à natureza da contingência. O quadro abaixo resume a decomposição do capital regulamentar e os rácios do Banco para os anos findos em 31 de Dezembro de 2010 e de 2009. Durante esses dois anos, o Banco cumpriu integralmente com todos os requisitos a que se encontra sujeito em termos do seu capital.

	2010 MT	2009 MT
Qualificação do Capital		
Capital I	1 491 593	1 075 377
Capital II	257 796	272 328
Capital regulamentar	1 749 389	1 347 705
Activo ponderado por risco	16 270 292	9 140 576
Rácio de solvabilidade	10,75%	14,74%

Informação sobre o justo valor

Empréstimos e adiantamentos a clientes

Na opinião da Administração, não é praticável determinar o justo valor dos empréstimos e adiantamentos devido ao facto do sistema não o suportar e de não haver um sistema de avaliação de crédito externo para avaliar de forma independente o risco de crédito individual, de modo a determinar as taxas de desconto adequadas a serem usadas.

As características da carteira de empréstimos e adiantamentos são, contudo, apresentadas na Nota 15 e a gestão acredita que o valor contabilístico dos empréstimos se aproxima do seu justo valor devido ao facto de que:

- Mais de 50% dos empréstimos vencerem dentro de 1 ano; e
- Imparidades prudentes e adequadas foram reconhecidas, numa base individual e de carteira, na determinação do valor contabilístico dos empréstimos e adiantamentos.

Depósitos de bancos e de clientes

Para os depósitos à ordem e depósitos sem maturidades definidas, o justo valor é assumido como sendo o valor pagável à ordem à data do balanço.

Principais estimativas e julgamentos

O Comité de Auditoria aprova a aplicação de políticas contabilísticas e estimativas significativas desenvolvidas pela administração em consulta com o Grupo. Essas políticas contabilísticas e estimativas são divulgadas nestas demonstrações financeiras.

As divulgações que se seguem suplementam os comentários a respeito da gestão do risco financeiro apresentados na Nota 3 acima.

vamos apoiar



e ajudar o país



Principais fontes de estimativa de incerteza

Subsídios para prejuízos de crédito

Os activos contabilizados ao custo amortizado são avaliados em termos de imparidade de acordo e tendo por base a política contabilística descrita na Nota 2.2 (g).

A imparidade é relacionada com uma contraparte específica e toma como base a melhor estimativa da Administração acerca do valor actual dos fluxos de caixa esperados. Ao estimar estes fluxos de caixa, a Administração faz um julgamento da situação financeira da contraparte e do valor líquido realizável de qualquer garantia subjacente. Cada activo sujeito a imparidade é avaliado quanto ao seu mérito e a estratégia e estimativa dos fluxos de caixa considerados recuperáveis que são independentemente aprovados pela função de risco de crédito.

A imparidade é colectivamente avaliada tendo em conta a as perdas de crédito inerentes nas carteiras com características económicas semelhantes, quando há uma evidência objectiva a sugerir que as mesmas contêm perdas, mas cujos valores não podem ser identificados. Na avaliação da necessidade de imparidade colectiva para cobrir os prejuízos resultantes de empréstimos, a Administração considera factores, tais como, a qualidade do crédito, o tamanho da carteira, as concentrações e os factores económicos. Para estimar a imparidade necessária, pressupostos são feitos para definir a forma como as perdas inerentes são modeladas e para determinar os parâmetros de input requeridos, baseados na experiência histórica e nas condições económicas actuais. A exactidão das provisões depende de quão adequadas são as estimativas dos fluxos de caixa futuros para as provisões de uma contraparte específica e os pressupostos do modelo e parâmetros usados na determinação de imparidades colectivas.

Determinação do justo valor

A determinação do justo valor dos activos e passivos financeiros, para os quais não exista preço de mercado disponível requer a utilização de técnicas de avaliação, cuja base se encontra descrita na política contabilística definida na Nota 2.2 (e). Relativamente aos instrumentos financeiros que não sejam objecto de negociação frequente e cujo preço de mercado se apresente como pouco transparente, a determinação do justo valor é menos objectiva, requerendo graus de julgamento variáveis, dependendo da liquidez, concentração, incerteza quanto aos valores de mercado, pressupostos de fixação de preços e de outros riscos que afectam os instrumentos específicos.

Julgamentos contabilísticos essenciais na aplicação das políticas contabilísticas do Banco

Os julgamentos contabilísticos essenciais na aplicação das políticas contabilísticas do Banco, incluem:

Valoração dos instrumentos financeiros
O Banco mede o justo valor usando a seguinte hierarquia de valor justo, que reflecte a importância dos "inputs" utilizados na medição:

- Nível 1: Preço de mercado cotado (não ajustado) num mercado activo para um instrumento idêntico;
- Nível 2: Técnicas de valoração baseadas em dados observáveis, quer directamente (ou seja, como os preços) ou indirectamente (ou seja, derivada de preços). Esta categoria inclui instrumentos valorizados com utilização de: preços de mercado cotados em mercados activos para instrumentos similares; preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados considerados menos activos, ou outras técnicas de avaliação em que todos os insumos sejam directa ou indirectamente observáveis a partir de dados do mercado;
- Nível 3: Técnicas de valoração utilizando insumos não observáveis significativos. Esta categoria inclui todos os instrumentos em que a técnica de avaliação inclui "inputs" não baseados em dados observáveis e os "inputs" não observáveis têm um efeito significativo na avaliação do instrumento. Esta categoria inclui instrumentos que são avaliados com base em cotações de instrumentos similares, sempre que houver necessidade de ajustamentos não-observáveis significativos ou de pressupostos para reflectir as diferenças entre os instrumentos.

O justo valor dos activos e passivos financeiros que sejam negociados nos mercados de activos são baseados em preços de mercado cotados ou cotações de preços do revendedor. Para todos os outros instrumentos financeiros, o Banco determina os valores de mercado utilizando técnicas de avaliação.

As técnicas de valoração incluem o valor actual líquido e modelos de fluxo de caixa descontado e outros modelos de avaliação. Pressupostos e "inputs" utilizados em técnicas de avaliação de risco incluem as taxas de juro livre e de referência, os "spreads" de crédito e outros prémios utilizados para estimar taxas de desconto, preços de obrigações e Bilhetes do Tesouro e taxas de câmbio. O objectivo das técnicas de avaliação é chegar a uma determinação do justo valor que reflecte o preço do instrumento financeiro na data do relatório, a qual teria sido determinada pelos participantes no mercado actuando numa base comercial.

O Grupo utiliza modelos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o justo valor de instrumentos financeiros comuns e mais simples, como taxas de juro e permutas de moeda que utilizam apenas dados de mercado observáveis e exigem pouco julgamento e estimativa da administração. Normalmente, o mercado dispõe de preços observáveis e "inputs" do modelo para derivados transaccionados em bolsa e simples sobre os contra-derivados, tais como, permutas de taxas de juro. Disponibilidade de preços de mercado observáveis e "inputs" do modelo reduz a necessidade do julgamento e estimativa da gerência, reduzindo, também, a incerteza associada à determinação dos justos valores. A disponibilidade de preços de mercado observáveis e de "inputs" varia, dependendo dos produtos e dos mercados, sendo propensa às bases das mudanças em eventos específicos e às condições gerais dos mercados financeiros.

A tabela a seguir analisa os instrumentos financeiros avaliados pelo justo valor, no fim do período do relatório, por níveis de hierarquia do justo valor em que a medição do mesmo é caracterizada:

	2010 Nível 2 MT	2010 Nível 2 USD
31 de Dezembro 2010		
Activos negociáveis	551 270 965	16 920 533
Activos derivados	17 749 160	544 787
Empréstimos e adiantamentos a clientes	11 320 866 298	341 479 015
Titulos de investimento	3 189 021 282	97 882 789
	15 078 907 705	462 827 124
Passivos negociáveis	132 000 000	4 051 565
	132 000 000	4 051 565
31 de Dezembro 2009		
Activos negociáveis	682 317 189	23 375 032
Activos derivados	1 711 648	58 638
Empréstimos e adiantamentos a clientes	6 998 148 144	239 744 712
Titulos de investimento	4 810 850 298	164 811 590
	12 493 027 279	427 989 972
Passivos negociáveis	846 231 116	28 990 446
	846 231 116	28 990 446

Classificação de activos e passivos financeiros

As políticas contabilísticas do Banco fornecem o âmbito dos activos e passivos a serem designados no início em categorias contabilísticas diferentes, de acordo com as circunstâncias:

- Na classificação dos activos ou passivos financeiros como "comercialização" o Banco determinou que os mesmos satisfazem a descrição dos activos e passivos para comercialização estabelecidos na

política contabilística expressa na Nota 2.2 (e).

- Ao se designarem os activos e passivos financeiros pelo justo valor através de resultados, o Banco determina que os mesmos satisfazem um dos critérios para esta designação, como estabelecido na política contabilística expressa na Nota 2.2 (e).

- Na classificação dos activos financeiros como detidos-até-à maturidade, o Banco determinou que tem a intenção positiva e a capacidade de

manter os activos até à data da sua maturidade, como exigido pela política contabilística definida na Nota 2.2 (e).

- Na classificação dos activos financeiros como disponíveis-para-venda, o Banco determinou que os mesmos não satisfazem outra classificação, como referido na política contabilística definida na Nota 2.2 (e).

Os quadros apresentados nas páginas seguintes resumem o detalhe em termos de classificação dos activos e passivos financeiros.

	Detidos para comercialização	Empréstimos e devedores	Disponível-para- venda	Outro custo amortizado	Outros activos/passivos não financeiros	Total valor contabilístico	Valor Justo valor
	MT	MT	MT	MT	MT	MT	MT
Em 31 de Dezembro 2010							
Activos financeiros							
Caixa e depósitos no Banco Central	-	2 860 829 585	-	-	-	2 860 829 585	2 860 829 585
Activos derivados	17 749 160	-	-	-	-	17 749 160	17 749 160
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	3 189 021 282	-	-	3 189 021 282	3 189 021 282
Activos negociáveis	551 270 965	-	-	-	-	551 270 965	551 270 965
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	12 644 914 630	-	-	-	12 644 914 630	12 644 914 630
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	11 320 866 298	-	-	-	11 320 866 298	11 320 866 298
Investimentos financeiros	-	-	-	-	1 123 806	1 123 806	1 123 806
Propriedade e equipamento	-	-	-	-	894 608 141	894 608 141	894 608 141
Activos incorpóreos	-	-	-	-	25 362 260	25 362 260	25 362 260
Activo por imposto diferido	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	-	-	619 364 812	619 364 812	619 364 812
Activo por imposto corrente	-	-	-	-	5 019 847	5 019 847	5 019 847
	569 020 125	26 826 610 513	3 189 021 282	-	1 545 478 866	32 130 130 786	32 130 130 786
Passivos financeiros							
Depósitos de clientes	-	-	-	26 924 070 683	-	26 924 070 683	26 924 070 683
Passivo por imposto diferido	-	-	-	-	78 201 733	78 201 733	78 201 733
Outras exigibilidades	-	814 500 000	-	-	749 684 320	1 564 189 319	1 564 189 319
Passivos negociáveis	132 000 000	-	-	-	132 000 000	132 000 000	132 000 000
Pagamento de benefícios aos trabalhadores	-	-	-	-	294 136 000	294 136 000	294 136 000
Obrigações subordinadas	-	-	-	260 192 292	-	260 192 292	260 192 292
	132 000 000	814 500 000	-	27 184 262 975	1 122 027 053	29 252 790 028	29 252 790 028
Em 31 de Dezembro 2009							
Activos financeiros							
Caixa e depósitos no Banco Central	-	2 595 918 763	-	-	-	2 595 918 763	2 595 918 763
Activos derivados	1 711 648	-	-	-	-	1 711 648	1 711 648
Activos financeiros disponíveis-para-venda	-	-	4 810 850 298	-	-	4 810 850 298	4 810 850 298
Activos negociáveis	682 317 189	-	-	-	-	682 317 189	682 317 189
Empréstimos e adiantamentos a bancos	-	9 419 749 809	-	-	-	9 419 749 809	9 419 749 809
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	6 998 148 144	-	-	-	6 998 148 144	6 998 148 144
Investimentos financeiros	-	-	-	-	1 123 806	1 123 806	1 123 806
Propriedade e equipamento	-	-	-	-	688 053 662	688 053 662	688 053 662
Activos incorpóreos	-	-	-	-	40 798 353	40 798 353	40 798 353
Activo por imposto diferido	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos	-	-	-	-	508 026 497	508 026 497	508 026 497
	684 028 837	19 013 816 716	4 810 850 298	-	1 238 002 318	25 746 698 169	25 746 698 169
Passivos financeiros							
Depósitos de clientes	-	-	-	21 643 061 140	-	21 643 061 140	21 643 061 140
Passivo por imposto diferido	-	-	-	-	154 268 246	154 268 246	154 268 246
Outras exigibilidades	-	-	-	-	82 114 125	82 114 125	82 114 125
Passivos negociáveis	-	-	-	-	440 361 376	440 361 376	440 361 376
Pagamento de benefícios aos trabalhadores	-	-	-	-	846 231 115	846 231 115	846 231 115
Obrigações subordinadas	-	-	-	-	234 408 910	234 408 910	234 408 910
Depósitos de clientes	-	-	-	260 165 208	-	260 165 208	260 165 208
	-	-	-	21 903 226 348	1 757 383 772	23 660 610 120	23 660 610 120

	2010 MT	2009 MT
Margem financeira		
Juros e proveitos equiparados		
Operações do mercado monetário	637 701 433	623 007 488
Empréstimos e adiantamentos	1 321 598 790	1 042 592 390
Título de investimentos	68 186 212	84 871 261
	2 027 486 435	1 750 471 139
Juros e custos equiparados		
Depósitos de bancos e clientes	377 430 459	429 216 098
Depósitos do mercado monetário	93 442 154	11 005 624
Obrigações emitidas	32 202 083	33 358 758
	503 074 696	473 580 480
Margem financeira	1 524 411 739	1 276 890 659
Proveito líquido de taxas e comissões		
Proveito de taxas e comissões		
Taxas de pagamento e transacções	217 995 188	183 778 914
Taxas de documentação e administração	39 615 459	25 898 563
Taxas de serviço	276 002 201	185 948 327
	533 612 848	395 625 804
Despesa de taxas e comissões		
Garantias	(20 597 064)	(15 116 439)
Proveito líquido de taxas e comissões	513 015 784	380 509 365
Proveito líquido de operações cambiais		
Lucros cambiais	819 567 844	781 996 904
	819 567 844	781 996 904

Outras despesas operacionais		
Despesas de administração e gestão	758 739 258	496 581 209
Custos com o pessoal (nota 8.1)	782 477 050	635 603 280
Depreciação e amortização	91 461 359	85 417 978
Remuneração dos Administradores	4 197 667	2 260 984
Honorários pelos serviços prestados como Administradores	4 197 667	2 260 984
Custos de locação operacional	51 012 402	30 425 076
	1 687 887 736	1 250 298 527
Custos com o pessoal		
Salários e subsídios	675 528 961	527 100 168
Pensões de reforma	94 346 586	100 838 805
Outros custos relacionados com o pessoal	12 601 503	7 664 307
	782 477 050	635 603 280
	2010 MT	2009 MT
Custos com imparidade do crédito		
Redução por imparidade		
Imparidade dos empréstimos vencidos	1 831 948	9 195 522
Imparidade específica nos empréstimos vencidos	30 789 000	65 933 512
Recuperações e estornos	(15 015 000)	(21 644 936)
	17 605 948	53 484 098
Imparidade líquida (custo) / crédito		

Impostos		
Imposto corrente	352 038 602	348 602 213
IRPC retido	-	69 615 000
Diferido	4 437 070	-
Total do imposto sobre o rendimento	356 475 672	418 217 213
Reconciliação da taxa efectiva de impostos		
Lucro antes do imposto	(1 151 791 721)	(1 136 809 417)
Imposto à taxa em vigor de 32%	368 573 351	363 779 013
Ajustamentos ao imposto: Efeito do rendimento sujeito à taxas de imposto diferentes	(13 444 480)	(18 671 620)
Imposto diferido do ano anterior	(1 373 708)	-
Impacto das despesas não-deductíveis	26 503 680	16 577 000
Pagamento insuficiente do imposto sobre os Bilhetes do Tesouro no exercício anterior	-	71 000 000
Estorno da sobreprovisão	(23 783 171)	(14 467 180)
Imposto sobre o rendimento	356 475 672	418 217 213
O imposto é calculado à taxa do IRPC (Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas) de 32%, com base no respectivo Código que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2003. Nos termos do actual Código, que entrou em vigor em Janeiro de 2008, os juros recebidos de instrumentos de dívida pública estão sujeitos a uma taxa de imposto sobre o rendimento de 32%, para os Bilhetes do Tesouro, e, de 10%, para as Obrigações.		
Ganhos por acção		
Ganhos por acção, básicos e diluídos		
Os ganhos por acção básicos e diluídos, no total de MT 23 (2009: MT 21) baseiam-se num lucro líquido de impostos no valor de MT 795 318 044 (2009: MT 718 592 204) e são calculados com base na média ponderada das 34 800 000 acções emitidas (2009: 34 800 000).		
Caixa e depósitos no Banco Central	2010 MT	2009 MT
Saldo de caixa	466 274 258	797 676 763
Depósitos no Banco de Moçambique	2 394 555 327	1 798 242 000
	2 860 829 585	2 595 918 763
O depósito mantido no Banco de Moçambique de MT 2 394 555 327 (2009: MT 1 798 242 000) serve para permitir que o Banco possa satisfazer o valor da reserva mínima obrigatória de 8,75% (2009: 8%) do total dos depósitos, nos termos dos Avisos n.ºs. 01 e 03/GBM/2009, de 26 de Fevereiro de 2009. As reservas obrigatórias não rendem juros.		



vamos apoiar



	2010 MT	2009 MT
Activos financeiros disponíveis-para-venda		
<i>Obrigações emitidas por empresas</i>		
Moçambique Cellular		
Obrigações da Mcel/2005	-	8 418 923
Mcel/2008 I série	26 354 123	38 875 218
Mcel/2008 II série	21 774 327	30 580 332
<i>Telecomunicações de Moçambique</i>		
Obrigações da TDM (2004)	-	1 868 455
Governo (OT/2005 série I)	-	184 418 744
Governo (OT/2005 série III)	202 005 803	199 797 016
Governo (OT/2008)	30 627 951	31 608 404
Governo (OT/2009)	124 423 716	125 673 936
Emitidas pelo Governo	2 783 835 362	4 189 609 270
	3 189 021 282	4 810 850 298

Obrigações da Moçambique Cellular (Obrigações da Mcel/2005)

Representam obrigações de 5 anos, emitidas em 31 de Maio de 2005, com valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no final do ano é de MT 0, reflectindo o valor do reembolso integral. A taxa de cupão é a taxa de juro média ponderada das 6 últimas emissões dos Bilhetes do Tesouro de mais de 60 dias + 3.75%, recebida a cada 3 meses. O reembolso do capital foi realizado em 4 pagamentos semestrais, com início em 30 de Setembro de 2006 e término em 15 de Junho de 2010 (período de graça de 2 anos).

(Obrigações da Mcel/2008 I série)

Representam obrigações de 5 anos, emitidas para empresas privadas em 30 de Junho de 2008, com valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era de MT 552. A taxa de cupão é a taxa de juro média ponderada das 6 últimas emissões de mais de 60 dias + margem de 3.75%, com revisão de preço a cada três meses. O capital é reembolsável em 4 prestações semi-anuais, com um período de graça de um (1) ano.

Activos financeiros disponíveis-para-venda (continuação)

(Obrigações da Mcel/2008 II série)

Representam obrigações de 5 anos, emitidas para o público em 10 de Outubro de 2008 com um valor nominal de 66.4 MT cada. O valor nominal no final do ano era de 100 MT, a taxa de cupão é a taxa de juro média ponderada das 6 últimas emissões de Bilhetes do Tesouro de mais de 60 dias + margem de 3.75%, com revisão de preço a cada três meses. O capital é reembolsado em 4 prestações semestrais, com um período de graça de um ano.

Telecomunicações de Moçambique

Obrigações da TDM/2004

Representam as Obrigações de 6 anos, emitidas em 24 de Março de 2004, com um valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano é de MT 0 cada, reflectindo a totalidade do reembolso. A taxa de cupão era a taxa de juro média ponderada das 6 últimas emissões de Bilhetes de Tesouro de mais de 60 dias ou Títulos da Autoridade Monetária (TAM's) + 4%, recebida a cada 3 meses. O reembolso de capital é efectuado em 20 pagamentos trimestrais iguais de MT 5 por obrigação, com início em 24 de Março de 2005 e término em 24 de Março de 2010 (período de graça de 1 ano).

Obrigações do Governo (OT/2005 III série)

Representam as Obrigações do Tesouro de 10 anos emitidas em 22 de Novembro de 2005 com maturidade em 22 de Novembro de 2015. As Obrigações têm um valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no final do ano era de MT 67.01. A taxa de cupão é a taxa de juro média das 6 últimas emissões de Bilhetes de Tesouro (ou TAM's na ausência de OT's) ponderada pela maturidade + 1%, recebido a cada 6 meses. O capital será reembolsado na data de vencimento das obrigações, em 22 de Novembro de 2015.

Obrigações do Governo (OT/2005 série I)

Representam as Obrigações do Tesouro de 5 anos subscritas em 21 de Junho de 2005 com maturidade em 10 de Junho de 2010. As Obrigações têm um valor nominal de MT 0 cada, reflectindo o reembolso total. A taxa de cupão era a taxa de juro média ponderada das 6 últimas emissões dos Bilhetes do Tesouro de 60 e 91 dias + 1%, recebido a cada 3 meses. O capital foi reembolsado na data de maturidade das obrigações, em 10 de Junho de 2010.

Obrigações do Governo (OT/2009)

Representam as Obrigações do Tesouro de 5 anos subscritas em 19 de Maio de 2009, com um valor nominal de MT 100 cada. O valor nominal no fim do ano era MT 100. A Obrigação rende juros, a cada 6 meses, tendo a taxa do primeiro cupão sido fixada em 12.5%. Subsequente a esta, a taxa de cupão será a taxa de juro média ponderada mais alta das 6 últimas emissões dos Bilhetes do Tesouro de mais de 60 e 180 dias + 0.5 de margem. O juro é calculado no ciclo de 360 dias, com 30 dias como o número de dias por mês. O capital será reembolsado no fim do período, em 19 de Maio de 2014.

	2010 MT	2009 MT
Bilhetes do Tesouro e Obrigações		
O perfil da maturidade dos investimentos financeiros à data do Balanço apresenta:		
Maturidade de 1 mês	977 061 452	858 604 114
Maturidade superior a 1 mês < 6 meses	1 329 258 825	2 213 518 256
Maturidade superior a 6 meses < 12 meses	488 352 182	1 312 193 023
Maturidade superior a 12 meses	394 348 823	426 534 905
	3 189 021 282	4 810 850 298

A taxa de desconto nos Bilhetes de Tesouro varia de 9.41% a 13.3% (2009: 9.5% a 11%), sendo reconhecido em juros e proveitos equiparados.

Os Bilhetes do Tesouro não têm cotação na Bolsa, em contrapartida, quer as Obrigações das Empresas, quer as Obrigações do Governo estão cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique.

Reavaliação subsequente dos activos disponíveis-para-venda

Um ganho do justo valor de MT 20 524 390 (2009: Perda de MT 21 075 462) resultante da reavaliação para o justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda foi directamente reconhecido em fundos próprios, de acordo com a IAS 39. Taxas de desconto baseadas nos Bilhetes de Tesouro, acrescidas de uma margem de lucro contratual de 3.5% para obrigações de empresas, e de 0% para obrigações do governo, foram usadas na reavaliação do justo valor.

	2010 MT	2009 MT
Activos derivados e negociáveis		
<i>Activos derivados</i>		
Contratos a prazo	17 749 160	1 711 648
Estes, são derivados de contratos cambiais a prazo. Para mais detalhes consulte a secção Gestão de Risco Financeiro (3.3.3).		
Activos negociáveis		
Os instrumentos negociáveis comportam os Bilhetes do Tesouro que são adquiridos com o propósito de obter ganhos a curto-prazo. Estes activos são classificados como instrumentos mantidos-para-comercialização.		
	2010 MT	2009 MT
Bilhetes do Tesouro	551 270 965	682 317 189

Análise da maturidade dos activos negociáveis:

	2010 MT	2009 MT
Maturidade superior a 1 mês até 6 meses	250 960 831	-
Maturidade de 6 a 12 meses	300 310 134	682 317 189
Maturidade superior a 12 meses	-	-
	551 270 965	682 317 189

	2010 MT	2009 MT
Empréstimos e adiantamentos		
<i>Empréstimos e adiantamentos a bancos</i>		
Contas correntes de compensação	1 180 616 810	700 792 847
Depósitos a prazo	11 464 297 820	8 718 956 962
Total de depósitos	12 644 914 630	9 419 749 809
As maturidades dos depósitos noutros bancos apresentam-se como segue:		
Até 1 mês	3 361 280 096	3 734 025 787
De 1 mês a 3 meses	2 849 579 884	845 264 752
De 3 meses a 6 meses	4 208 883 307	2 384 875 083
De 6 meses a 12 meses	2 225 171 343	2 455 584 187
	12 644 914 630	9 419 749 809

	2010 MT	2009 MT
Empréstimos e adiantamentos a clientes		
<i>Empréstimos a prazo</i>		
Moeda local	5 684 400 340	3 622 952 217
Moeda estrangeira	3 173 223 894	1 697 718 237
	8 857 624 234	5 320 670 454
<i>Descobertos bancários</i>		
Moeda local	1 948 122 594	1 177 975 229
Moeda estrangeira	477 080 687	435 840 886
	2 425 203 281	1 613 816 115
<i>Empréstimos vencidos</i>		
Moeda local	80 664 458	109 019 789
Moeda estrangeira	8 957 720	28 502 995
	89 622 178	137 522 784
Total	11 372 449 693	7 072 009 353
Menos: Provisões para imparidade		
- Imparidade da carteira	(20 914 884)	(17 966 385)
- Imparidade específica	(30 668 511)	(55 894 824)
Total	(51 583 395)	(73 861 209)
Líquido dos empréstimos e adiantamentos a clientes	11 320 866 298	6 998 148 144
Maturidade dos empréstimos		
Até 1 mês	2 995 717 498	1 910 933 080
De 1 mês a 3 meses	1 812 306 773	926 477 939
De 3 meses até 1 ano	773 801 705	787 409 812
De 1 ano a 5 anos	5 701 001 540	3 309 575 738
Sem maturidade fixa	89 622 178	137 522 784
	11 372 449 694	7 072 009 353

Os empréstimos sem maturidade fixa referem-se aos empréstimos vencidos no valor MT 89 622 178. (2009: MT 137 522 784) já devidos (ver Nota 15.2).

	2010 MT	2009 MT
Imparidade dos empréstimos e adiantamentos		
Saldo no início do ano	73 861 208	63 641 930
Estorno da imparidade	(15 018)	(21 644 935)
Empréstimos sujeitos a abate contabilístico	(54 883 743)	(43 264 820)
Imparidade do ano		
- específica	30 789 000	65 933 512
- carteira	1 831 948	9 195 522
Diferenças cambiais	-	-
Saldo no fim do ano	51 583 395	73 861 209
Comportamento:		
- Imparidade específica	30 668 511	55 894 824
- Imparidade da carteira	20 914 884	17 966 385
Saldo no fim do ano	51 583 395	73 861 209

Propriedade e equipamento	Edifícios MT	Equipamento MT	Viaturas MT	Outros bens imobilizados MT	Obras em curso MT	Total MT
Em 31 de Dezembro 2010						
Valor líquido contabilístico em 1 de Janeiro	398 014 433	133 201 517	17 173 868	43 279 034	96 384 809	688 053 661
Adições	34 524 837	54 654 211	6 984 266	15 880 828	169 191 765	281 235 907
Transferido de obras em curso	(2 437 143)	12 315 414	-	6 272 985	(16 043 604)	107 652
Alienações	(31 318)	-	(132 545)	-	-	(163 863)
Depreciação	(10 860 552)	(50 056 249)	(6 547 684)	(7 160 731)	-	(74 625 216)
	419 210 257	150 114 893	17 477 905	58 272 116	249 532 970	894 608 141
Em 31 de Dezembro 2010						
Custo/reavaliação	547 654 861	393 355 484	62 982 713	119 213 137	249 532 970	1 372 739 165
Depreciação acumulada	(128 444 604)	(243 240 591)	(45 504 808)	(60 941 021)	-	(478 131 024)
	419 210 257	150 114 893	17 477 905	58 272 116	249 532 970	894 608 141

- Os edifícios acima referidos estão localizados numa terra arrendada pelo Governo de Moçambique. De acordo com a legislação moçambicana toda a terra é propriedade do Estado.
- Durante o ano de 2005, o Banco procedeu à reavaliação dos seus edifícios. As reavaliações que foram levadas a cabo por avaliadores profissionais independentes, resultaram num excedente de reavaliação de MT 230 089 048. O Banco submeteu os valores reavaliados ao Ministério das Finanças para a aguardar que aquela entidade dê a sua aprovação. Assim que forem aprovados, os valores de reavaliação passarão, para efeitos fiscais, a ser tomados como o valor contabilístico dos edifícios. A gestão não vê razões para que essa aprovação não seja concedida. É intenção da gestão reavaliar os edifícios em 2011.

Propriedade e equipamento (continuação)	Edifícios MT	Equipamento MT	Viaturas MT	Outros bens imobilizados MT	Obras em curso MT	Total MT
Em 31 de Dezembro 2009						
Valor líquido contabilístico em 1 de Janeiro	347 077 059	112 801 363	8 063 409	37 180 480	111 017 534	616 139 845
Adições	14 267 714	22 804 191	13 113 121	4 545 073	50 731 231	105 461 330
Transferido de obras em curso	56 516 749	37 458 489	2 354 227	7 390 217	(103 719 682)	-
Venda/abate	-	-	(886 364)	-	-	(886 364)
Depreciação	(19 847 089)	(39 862 526)	(5 470 524)	(5 836 736)	-	(71 016 875)
Transferido de activos não correntes detidos-para-venda	-	-	-	-	38 355 726	38 355 726
	398 014 433	133 201 517	17 173 869	43 279 034	96 384 809	688 053 662
Em 31 de Dezembro 2009						
Custo/reavaliação	515 598 484	326 385 859	56 130 992	97 059 324	96 384 809	1 091 559 468
Depreciação acumulada	(117 584 051)	(193 184 342)	(38 957 124)	(53 780 289)	-	(403 505 806)
	398 014 433	133 201 517	17 173 868	43 279 035	96 384 809	688 053 662

Propriedade e equipamento (continuação)	Edifícios MT	Equipamento MT	Viaturas MT	Outros bens imobilizados MT	Obras em curso MT	Total USD
Em 31 de Dezembro 2010						
Valor líquido contabilístico em 1 de Janeiro	13 635 301	4 563 258	588 349	1 482 666	3 301 980	23 571 554
Adições	1 059 694	1 677 539	214 373	487 441	5 193 117	8 632 164
Transferências	(74 805)	378 005	-	192 541	(492 437)	3 304
Venda/abate	(961)	-	(4 068)	-	-	(5 029)
Depreciação	(321 033)	(1 479 641)	(193 547)	(211 668)	-	(2 205 889)
Ajustamentos cambiais	(1 431 092)	(531 583)	(68 646)	(162 395)	(3 43 575)	(2 537 291)
	12 867 104	4 607 578	536 461	1 788 585	7 659 085	27 458 813
Em 31 de Dezembro 2010						
Custo/reavaliação	16 809 541	12 073 526	1 933 171	3 659 090	7 659 085	42 134 413
Depreciação acumulada	(3 942 437)	(7 465 948)	(1 396 710)	(1 870 505)	-	(14 675 600)
	12 867 104	4 607 578	536 461	1 788 585	7 659 085	27 458 813

vamos apoiar



e ajudar o país



Activos incorpóreos	MT	USD
Em 31 de Dezembro 2010		
Valor líquido contabilístico em 1 de Janeiro	40 798 353	1 397 683
Adições	1 507 701	46 277
Transferências (107 651)		-
Amortização (16 836 143)		(497 669)
Diferenças cambiais		(167 830)
Valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro	25 362 260	778 461
Custo	136 667 505	4 194 828
Amortização acumulada (111 305 245)		(3 416 367)
Valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro	25 362 260	778 461
Em 31 de Dezembro 2009		
Valor líquido contabilístico em 1 de Janeiro	38 718 787	1 518 384
Adições	16 480 672	564 600
Amortização (14 401 106)		(518 212)
Diferenças cambiais	-	(167 089)
Valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro	40 798 353	1 397 683
Custo	135 267 456	4 634 034
Amortização acumulada (94 469 103)		(3 236 351)
Valor líquido contabilístico em 31 de Dezembro 2009	40 798 353	1 397 683
	2010 MT	2009 MT
Outros activos		
Outros devedores	62 529 670	57 288 656
Proveitos a receber	4 967 559	2 139 797
Despesas antecipadas	35 187 822	85 720 862
Contas de compensação	516 679 761	362 877 182
	619 364 812	508 026 497
Capital social		
<i>Autorizado</i>		
34 800 000 acções ordinárias de MT 5 cada	174 000 000	174 000 000
<i>Emitido e totalmente realizado</i>	174 000 000	174 000 000
Todas as acções estão igualmente qualificadas para o pagamento de dividendos.		
Reserva legal		
No início do ano	174 000 000	174 000 000
Transferências efectuadas durante o ano	-	-
Diferenças cambiais	-	-
No fim do exercício	174 000 000	174 000 000
Nos termos da legislação moçambicana, o Banco tem de reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem não inferior a 15% dos seus lucros líquidos de impostos, até que a reserva atinja um valor igual ao do capital social emitido. A reserva legal atingiu o limite do valor do capital emitido especificado no artigo 63 da Lei 15/99 de 1 de Novembro, não sendo, por isso, necessárias mais transferências, até que ocorram alterações no capital social emitido.		
	2010 MT	2009 MT
Outras reservas		
Reserva de reavaliação (2.1)	159 404 071	159 404 071
Regime de comparticipação do Grupo	13 556 427	3 087 544
Reserva para riscos gerais de crédito (2.2)	314 176 404	124 062 168
Reserva de reavaliação dos activos disponíveis-para-venda (5 573 290)		12 328 376
Outras reservas	3 369 445	-
Reserva cambial	-	-
	484 933 057	298 882 159
A reserva de reavaliação foi criada a partir do excedente apurado na reavaliação dos edifícios do Banco, de acordo com a Nota 2.2 (h) das políticas contabilísticas. A última reavaliação teve lugar em 31 de Dezembro de 2005 e foi realizada por avaliadores independentes com utilização do Valor do Mercado Livre. A reserva é transferida directamente para lucros acumulados quando da reavaliação do excedente da venda dos respectivos edifícios. Ver também a Nota 17.1.		
A reserva para riscos gerais de crédito representa o valor pelo qual as provisões gerais exigidas, de acordo com a circular 07/GGBM/2007 do Banco de Moçambique, excedem o total da imparidade dos empréstimos em carteira, nos termos da IAS 39 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Medição (Nota 2.2 (j)).		
	2010 MT	2009 MT
Lucros acumulados		
No início do ano	1 439 205 890	1 098 301 192
Lucro líquido do ano	795 316 049	718 592 204
Dividendos pagos	-	(397 443 508)
Transferências líquidas durante o ano	(190 114 237)	19 756 001
	2 044 407 702	1 439 205 889

	2010 MT	2009 MT
Depósitos de clientes		
À ordem		
Em moeda local	8 353 749 029	7 993 347 995
Noutras moedas	13 553 275 115	9 639 724 839
	21 907 024 144	17 633 072 834
Depósitos a prazo		
Em moeda local	2 414 601 746	1 557 498 128
Noutras moedas	2 602 444 793	2 452 490 178
	5 017 046 539	4 009 988 306
Total	26 924 070 683	21 643 061 140
Maturidade dos depósitos a prazo		
Até 1 mês	1 979 408 188	2 105 652 461
De 1 mês a 3 meses	1 316 889 310	793 458 031
De 3 meses a 1 ano	1 720 749 041	1 110 877 814
	5 017 046 539	4 009 988 306
O juro pagável pelos depósitos é reconhecido em outros passivos sob antecipações passivas.		
	2010 MT	2009 MT
Passivo(activos) por imposto corrente		
Saldo em 1 de Janeiro	154 268 246	77 839 657
Imposto do ano		
IRPC com base no lucro do ano (ver nota 10)	352 038 602	348 602 213
Sub-provisão imputada ao exercício anterior	-	69 615 000
	506 306 848	496 056 870
Pagamentos/transferências		
Pagamentos antecipados referentes ao exercício corrente	(511 326 695)	(272 173 624)
Regularização da subprovisão referente ao exercício anterior	-	(69 615 000)
Diferenças cambiais	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	(5 019 847)	154 268 246
Passivos por impostos diferidos		
Reserva para títulos negociáveis disponíveis para venda	(2 622 725)	5 726 736
Activos negociáveis	5 810 778	1 373 709
Reserva de reavaliação – propriedade	75 013 680	75 013 680
	78 201 733	82 114 125
	2010 MT	2009 MT
Passivos		
Outros passivos		
Provisões	465 663 059	155 696 201
Títulos a pagar	42 660 184	13 614 122
Dividendos a pagar	5 698 257	51 454 614
Receita com proveito diferido	-	98 088 603
Credor Estado	1 570 208	-
Credores	234 097 611	121 507 836
Empréstimos de curto-prazo	814 500 000	-
	1 564 189 319	440 361 376
A receita com proveito diferido diz respeito ao juro diferido nos Bilhetes de Tesouro do Governo de Moçambique, à data de 31 de Dezembro.		
Passivos negociáveis		
Passivos negociáveis	132 000 000	846 231 116
Estes passivos não estão cotados e têm uma maturidade inferior a 30 dias, à data de 31 de Dezembro.		
	2010 MT	2009 MT
Pagamento de benefícios aos empregados		
Valores contabilísticos		
<i>Fundo de Pensões</i>		
Fundo corrente dos benefícios	655 025 000	551 220 000
Menos: ganhos/(perdas) actuariais não reconhecidas	(360 889 000)	(316 811 090)
Total das obrigações com os benefícios aos trabalhadores	294 136 000	234 408 910
Custos do exercício		
Custo total do serviço	8 845 000	8 161 000
Encargos bancários	85 017 000	76 702 000
Prejuízo actuarial reconhecido	484 586	15 108 000
	94 346 586	99 971 000
Reconciliação do balanço		
Custo total do serviço	234 408 910	300 253 000
Encargos bancários	(29 767 000)	(23 476 774)
Prejuízo actuarial reconhecido	94 346 586	99 971 000
Custo total do serviço	(4 852 496)	(142 338 316)
Diferenças cambiais	-	-
Valor de fecho em 31 de Dezembro	294 136 000	234 408 910

	2010 MT	2009 MT
(Ganhos)/perdas actuariais não reconhecidas		
Valor de abertura em 1 de Janeiro	316 811 090	250 967 000
Novos prejuízos actuariais	44 077 910	65 844 090
Amortização do período	-	-
Diferenças cambiais	-	-
Valor de fecho em 31 de Dezembro	360 889 000	316 811 090
Activos do fundo de pensões do pessoal		
Os activos são representados pelo seguinte:		
Contas de depósito e obrigações	204 517 698	365 113 213
Títulos de Investimento	285 697 302	118 853 317
	490 215 000	483 966 530

Plano do Fundo de Pensões

Nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho celebrado pelo Banco com os seus empregados, o Banco contribui voluntariamente com 22.12% (2009:22.12%) do salário base anual de cada empregado para o Fundo de Pensões de Reforma que é administrado pelos representantes do Banco e dos empregados. Em 31 de Dezembro de 2010 foi realizada uma avaliação actuarial por uma firma de Actuários independentes que indicou existir uma exigibilidade de MT 64 810 000, à data de 31 de Dezembro de 2010 (2009: MT 551 220 000). Consequentemente, a Administração do Banco decidiu, a partir de 1 de Janeiro de 2005, reconhecer os prejuízos actuariais registados durante a vida média de trabalho remanescente dos empregados, que foi estabelecida em 8.57 anos (2009: 17 anos), segundo o critério de quotas constantes.

A legislação moçambicana obriga todas as empresas a contribuírem para um fundo nacional de pensões. Todavia, uma vez que a indústria do fundo de pensões está actualmente a propor uma revisão geral à escala actualmente em vigor, o Acordo Colectivo de Trabalho do sector financeiro celebrou um acordo colectivo exigindo a criação de planos de pensão privados. Os detalhes do plano de pensões do Banco, estabelecido de acordo com os requisitos do acordo colectivo, estão estabelecidos na nota 27. Contudo, o registo e a aprovação final do plano de pensões do Banco, assim como a aprovação do Acordo Colectivo do sector financeiro ainda não foram recebidos das autoridades pertinentes. Nestas circunstâncias, existe uma incerteza quanto à obrigatoriedade do Banco continuar, ou não, a contribuir para o plano do Estado. De qualquer modo, desde Janeiro de 2006 todos os novos empregados estão a ser registados no Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e a pagar a respectiva contribuição.

Principais pressupostos actuariais

São os seguintes os principais pressupostos actuariais, à data do Balanço:

	2010	2009
Taxa de desconto	14.00%	12.00%
Rendimento esperado dos activos do plano	12.30%	10.00%
Aumentos salariais previstos	11.00%	2.00%
Aumentos das pensões previstos	11.00%	2.00%
Taxa de inflação	10.00%	1.00%
Média do tempo de trabalho remanescente dos empregados	8.57years	17 years

Em 31 de Dezembro de 2010, estavam inscritos no plano 89 membros activos (2009: 292) e 122 pensionistas (2009: 122).

	2010 MT	2009 MT
Obrigações subordinadas		
Obrigações	260 192 292	260 165 208
	260 192 292	260 165 208

Em 29 de Junho de 2007 o Banco emitiu obrigações subordinadas de 10 anos, com vencimento em 29 de Junho de 2017. O valor nominal é de MT 260 000 000, sendo compostas por 2 600 000 unidades, ao preço de MT 100,00 cada. Os juros pagos pelas obrigações do primeiro cupão foram fixados para 16,5%. Posteriormente, a taxa de cupão será a taxa média ponderada das 6 últimas emissões de Bilhetes do Tesouro (TBs), com maturidades superiores a 60 dias + 0,5% arredondada até um máximo de 16%. Os juros são pagos trimestralmente e o capital é reembolsado na data de vencimento. As obrigações são medidas pelo custo amortizado e têm um cupão pagável à vista a partir do 5º ano.

O pagamento dos juros obedece ao seguinte calendário:

29 de Março
29 de Junho
29 de Setembro
29 de Dezembro

Transacções com as associadas

Diversas transacções bancárias, depósitos, contas a pagar, garantias são celebradas com as associadas. As mesmas são realizadas numa base comercial no decurso normal do negócio. As transacções com as associadas executadas durante o ano e os respectivos saldos no fim do ano são as seguintes:

	2010 MT	2009 MT
Juros ganhos nos depósitos		
Standard Bank London	98 433 136	48 562 982
Standard Bank South Africa	73 434 402	47 117 154
Standard Bank Isle of Man Branch	46 213 948	197 102 517
Standard Bank Mauritius	2 194 244	-
	220 275 730	292 782 653
Juro pago no empréstimo de curto prazo		
Standard Bank Mauritius	6 060 596	-
Depósitos		
Standard Bank London	3 402 901 014	3 128 752 530
Standard Bank South Africa	931 770 000	582 120 000
Standard Bank Isle of Man Branch	6 198 703 123	3 840 467 979
Standard Bank Mauritius	325 800 000	-
	10 859 174 137	7 551 340 509

	2010 MT	2009 MT
Empréstimo de curto-prazo		
Standard Bank London	814 500 000	-
Juros provisionados		
Standard Bank London	20 940 111	6 936 736
Standard Bank South Africa	10 782 362	15 100 286
Standard Bank Isle of Man Branch	24 990 247	59 103 792
Standard Bank Mauritius	325 800	-
	57 038 520	81 140 814
Investimento nas associadas	1 123 806	1 123 806
Despesas acumuladas referentes aos honorários de gestão a pagar à sede	128 338 978	79 560 956
Provisão com os honorários de gestão a pagar à sede	273 092 629	79 560 956
Garantias recebidas		
Standard Bank Group	100 632 118	244 764 265
Dívida da associadas		
Empréstimo da Interbancos SARL	5 577 767	5 577 767

As transacções com os administradores são divulgadas na nota 8.

	2010 MT	2009 MT
Caixa gerado pelas operações		
Lucro antes de impostos	1 151 791 721	1 136 809 416
<i>Ajustamento de itens não monetários</i>		
Depreciação e amortização (nota 8)	91 461 359	85 417 978
Justo valor de derivados	(16 037 512)	1 183 071
Lucro proveniente da venda de activos	(290 038)	(1 195 000)
Recuperação	15 015 000	124 652
Caixa gerado pelas operações	1 241 940 530	1 222 340 117

Variações no capital circulante

	2010 MT	2009 MT
Passivos		
Depósitos de clientes	5 281 009 543	3 827 431 394
Outros passivos	417 708 418	205 955 741
Pagamento de benefícios aos empregados	59 727 090	(65 844 090)
Obrigações subordinadas	27 083	(46 945)
Acréscimo nos passivos correntes	5 758 472 134	3 967 496 100

	2010 MT	2009 MT
Activos		
Activos financeiros disponíveis-para-venda	1 732 350 851	(585 139 870)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	(4 337 733 154)	(1 662 362 556)
Transferido de activos não-correntes	-	(38 355 726)
Outros activos	(111 338 316)	(390 758 315)
Decréscimo em activos correntes	(2 716 720 619)	(2 676 616 467)

	2010 MT	2009 MT
Variações líquidas no capital circulante	3 041 751 515	1 290 879 633

	2010 MT	2009 MT
Reconciliação de caixa e equivalentes de caixa		

	2010 MT	2009 MT
Caixa e depósitos no Banco Central (nota 12)	2 860 829 585	2 595 918 763
Empréstimos e adiantamentos a Bancos (nota 15.1)	12 644 914 630	9 419 749 809
	15 505 744 215	12 015 668 572

Taxas de câmbio

Na conversão das presentes demonstrações financeiras para Dólares americanos (US\$) foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio:

Taxa de fecho	MT 32.58/USD	(2009: MT 29.19/USD)
Taxa média	MT 33.83/USD	(2009: MT 27.79/USD)

As taxas são baseadas nas taxas oficiais publicadas pelo Banco de Moçambique.

Eventos subsequentes à data do balanço

O Banco está em processo de aumentar MT 1.2 biliões do Capital de nível 1, através de uma emissão de direitos.

Não ocorreram quaisquer factos ou eventos subsequentes à data do Balanço que poderiam influenciar a adequada leitura e interpretação destas demonstrações financeiras, à data de 31 de Dezembro de 2010.

